Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 27 de abril de 2023

Ata N.º 17

No dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e quarenta e três minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO 1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO 2 – Prestação de Contas 2022;

PONTO 3 – Loteamento municipal L-44/81 – Pinhal Novo – Desafetação de área do domínio público e sua afetação ao domínio privado municipal.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sr. José Carlos Matias de Sousa, pela Primeira Secretária Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa e Segunda Secretária, Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa;
- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura:
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;
- Sr. Ricardo José de Oliveira;
- Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho;
- Sr. Carlos Jorge Antunes de Almeida;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. João Miguel Marques da Costa;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;

- Sr. Paulo Jorge da Cruz dos Santos;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa;
- Sr. Carlos Augusto Garcias Valente;
- Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia;
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques.

Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sr. Rui Miguel Valente;
- Sr. Pedro Miguel Duarte Barão.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho;

Por parte do Partido Socialista (PS)

- Sr. Pedro Miguel Paula Biu.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sr. Rui Miguel Valente.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reizinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sr. Vereador Raúl Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sr. Vereador Carlos Manuel Barateiro de Sousa;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Andreia Sofia Dias Bento da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos de doença, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada o **Sr. João Manuel da Cruz,** que se encontra presente.
- **Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos de assistência à família, tendo a falta sido considerada justificada.
- **Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa da CDU, Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca,** justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Nuno Miguel dos Santos Passos** secretário do executivo.
- **Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos de doença, tendo a falta sido considerada justificada.
- **Sr. Pedro Miguel Paula Biu do PS,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Rui Manuel Marques Lourenço,** que se encontra presente.
- **Sr. Rui Miguel Valente do CH,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Claudia Sofia Sebastião Estevão,** que se encontra presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros a **Sr. João Manuel da Cruz da CDU, o Sr. Rui Manuel Marques Lourenço do PS e a Sra. Claudia Sofia Sebastião Estevão do CH,** que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apensas à presente, foram empossados no cargo.

Tomou ainda posse como Membro efetivo, o **Sr.** Diamantino de Sousa Pereira **do MCCP,** em substituição do **Sr. Carlos Augusto Garcia Valente do MCCP** por renuncia ao mandato ocorrido em 24.03.2023, que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que fica apensa à presente, foi empossado no cargo.

Tomou ainda posse como Membro efetivo, o **Sr.** Ricardo Jorge de Oliveira Marques **do PS,** em substituição do **Sr. João Miguel Marques da Costa do PS** por renuncia ao mandato ocorrido em 11.04.2023, que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que fica apensa à presente, foi empossado no cargo.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Boa noite ou bom fim de tarde a todos e todas. Temos quórum, portanto, avançaremos o Sr. Presidente de Câmara está ligeiramente atrasado, vai chegar, enfim, dentro de minutos e, portanto, vamos começar a sessão que promete não ser curta e, portanto íamos avançar desde já, queria cumprimentar-vos agora mais, enfim, organizadamente e desejar que, como habitualmente consigamos levar a bom porto, tudo aquilo que nos trouxe hoje aqui a esta Assembleia Municipal que é ordinária e que tem um dos temas mais relevantes, diria eu do ano para discutirmos e que tem a ver com o ponto 2 da ordem de trabalhos que é prestação de contas de 2022. Temos entre moções, saudações e recomendações oito, pelo que não vou pedir vos para não as lerem, mas vou objetivamente pedir para que o façam o mais rapidamente possível já que o regimento nos diz que temos uma hora para este período antes da ordem do dia.

Vamos passar à chamada por favor."

Período de Intervenção dos Munícipes

Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Mesa passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia:

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Temos, 8 moções, recomendações e saudações e penso que aquilo que eu tenho na minha mão é a ordem de entrada na mesa e vamos começar então pela apresentação da moção da CDU."

Moção CDU "*Comemorar Abril e o 1º de Maio, afirmar e valorizar o poder local democrático*"

Tomou a palavra o **Sr. Ricardo José Oliveira** para apresentar o voto de pesar, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Está a proposta à discussão, quem quer intervir sobre esta proposta? Não havendo intervenções, votamos."

Submetido a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP e um do BE) dois votos contra do CH e três abstenções do PPD/PSD.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passamos à Saudação apresentada pelo Bloco de Esquerda."

Saudação BE "Viva o 25 de Abril"

Tomou a palavra a **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos** para apresentar o voto de pesar, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Está esta saudação à discussão.

Intervenções? Não existindo votamos."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, e um do BE), dois votos contra do CH e três abstenções do PPD/PSD.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passo à Saudação do PS."

Saudação do PS "Aos 50 anos do Partido Socialista Um Futuro com História"

Tomou a palavra o **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques** para apresentar a saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Em relação a esta saudação aos 50 anos do Partido Socialista, estão abertas inscrições para uma eventual discussão.

Carlos Vitorino PSD, faz favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Muito boa noite a todos na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal permita-me cumprimentar todos os presentes e também aqueles que nos assistem à distância.

Eu estava aqui a ler esta saudação e confesso que estou aqui um pouco dividido, porque eu não me importo com os erros cometidos, tudo fruto da vivência democrática de votar a favor "trinta e seis anos do Partido Socialista", já tenho alguma dificuldade de votar a favor, em relativamente a outros anos, tanto a estes últimos como ao mandato de José Sócrates que nos atirou para a Troika.

Voto favoravelmente o mandato até à eleição de José Sócrates secretário-geral, faço também um interregno e voto favoravelmente o legado do António José Seguro, mas como trinta e seis é superior aos catorzes que me separam, irei pessoalmente votar a favor.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais alguém quer fazer algumas contas? faz favor."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Obrigada Sr. Presidente.

O Bloco de Esquerda também irá votar favoravelmente, não tem, como não o fazer, no entanto, gostaria de deixar aqui duas ou três coisas. Esta saudação é realmente uma saudação e é cor-de-rosa como o símbolo do partido, no entanto, os dias que vivemos não são dias cor-de-rosa, são dias em que vemos que todos os dias há manifestações na rua, os professores estão na rua, a degradação da escola pública é falada todos os dias a degradação do SNS todos os dias também é lembrada, e a falta de casa e a casa de ser um direito também atualmente as pessoas não conseguem ter e essas são as fragilidades da nossa sociedade e os tempos que vivemos e eu não poderia deixar de dizer que o que aqui foi pintado nesta saudação na realidade, não é tão cor-de-rosa como parece.

Disse Sr. Presidente, muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

CDU, António Mestre faz favor."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Boa noite a todos, Sr. Presidente na sua pessoa cumprimento todos os presentes, membros do executivo da Assembleia, caros jornalistas e público e técnicos que nos assistem.

Teremos tempo, certamente para discutir posicionamentos do Partido Socialista, políticas e práticas. Hoje aqui o que esta saudação nos traz é cinquenta anos de existência de um partido democrático e constituinte a nossa democracia como democratas que somos não podíamos deixar de saudar a passagem dos cinquenta anos, esperando obviamente que as políticas reflitam caminho da democracia e progresso pelo nosso país obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais algumas intervenções? Alguma nota mais? Não?

Votamos."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, dois do PPD/PSD e um do BE) e três abstenções (um do PPD/PSD – Colin Michael Mateus Marques e dois do CH).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Voltamos então ao Bloco de Esquerda e à Saudação ao 1º de Maio, Tânia Ramos."

<u>Saudação do BE "1º Maio</u>"

Tomou a palavra a **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos** para apresentar a saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Saudação ao 1º de Maio apresentada pelo Bloco de Esquerda, intervenções?

Faz favor, CH."

A **Sra. Claudia Estevão do CH:**

"Cumprimentar o Sr. Presidente, cumprimentar todos os presentes.

Relativamente a esta Saudação e colando aqui um bocadinho com as saudações anteriores relacionadas com a data de 25 de Abril, naturalmente que o CH também está ligado aos princípios quer de uma, quer de outra data, aquilo que nos tem motivado a votar contra é porque, nomeadamente agora cingindo-me a esta é porque nós continuamos a não ter o direito à saúde garantido, também não temos o direito à educação, também não temos o direito à habitação, não temos salários justos, não temos boas condições de trabalho, e, portanto, era aqui uma lista, não é, e por isto tudo é que nós temos que pensar e fazer diferente, porque aquilo que temos feito até agora, não serve aos cidadãos.

Mas vamos votar a favor, obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Cláudia Estêvão.

Alguma intervenção mais?

Carlos Vitorino, PPD/PSD."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Tendo lido atentamente a Saudação, o PSD também irá votar favoravelmente e reconhecendo aqui também até o espírito de autocrítica que foi efetuado aqui pelo Bloco de Esquerda, porque, de facto, quando falamos da não reposição dos direitos retirados no tempo da troika, a verdade é que também houve uma quota-parte de responsabilidade nos partidos mais à esquerda da não reposição desses direitos, porque a acreditarmos na retórica do "*afinal, tudo está bem"*, não estaríamos hoje com a maior carga fiscal de sempre em Portugal, mas sendo certo que aquilo que aqui vem referido é verdade, e iremos, portanto, votar favoravelmente disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Ficam registadas as duas opiniões e reforço de votação.

Votamos então a saudação."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passamos à moção "*Direito à autodeterminação da identidade de género e direito à proteção das características sexuais de cada pessoa*", apresentada pelo Partido Socialista faz favor."

Moção do PS "Direito à autodeterminação da identidade género e direito à proteção das características Sexuais de cada pessoa."

Tomou a palavra a **Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha** para apresentar a moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Discussão desta moção, quem quer intervir? Não havendo intervenções, Tânia Ramos faz favor, peço desculpa não tinha observado."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Relativamente a esta moção, o Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente esta moção e sempre que estivemos na garantia dos direitos humanos das pessoas transexuais e homossexuais iremos fazer este percurso juntos, porque são nestas alturas em que devemos olhar "*para um todo e não para a parte*" por isso no voto favorável.

Disse Sr. Presidente, muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Não havendo mais intervenções, votamos esta moção."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, um do PPD/PSD – Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim e um do BE), duas abstenções do PPD/PSD e dois votos contra do CH.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, passamos à frente para intercalarmos e, embora seja uma recomendação que temos na mesa antes da saudação ao 25 de Abril apresentada pelo Partido Socialista vou pedir ao Chega que possa ler a sua 1ª recomendação, recordo que as recomendações não são votadas, faz favor."

Recomendação do Chega "Publicação das Atas respeitantes às reuniões de Câmara não se encontram disponíveis no Portal."

Tomou a palavra a **Sra. Claudia Sofia Sebastião Estevão** para apresentar a moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um BE).

Sobre a Recomendação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Cláudia Estevão, eu vou abrir aqui uma nota, eu próprio acedi há quinze minutos à página do município e, portanto, as atas únicas que estão disponíveis são as de dois mil e vinte e um.

Daquilo que sei é porque não houve condição para que as outras sejam aprovadas e estejam disponíveis, se não é isto o Sr. Presidente de Câmara quer acrescentar algo sobre esta matéria?

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Não Sr. Presidente, de facto as atas quando estão aprovadas, são disponibilizadas no site, é normal que haja algumas de dois mil e…"

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Não, não há nenhuma há só de dois mil e vinte e um, acabei de ver."

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Então não lhe sei explicar, porque razão não estão."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Mas de qualquer forma a recomendação fica muito obrigado.

Vamos passar à saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio apresentada pelo Partido Socialista se faz favor. "

Saudação PS "Ao 25 de Abril e ao 1º de Maio"

Tomou a palavra o **Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado António Godinho.

Temos em discussão a saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio apresentado pela bancada do Partido Socialista, intervenções?

A Sra. Claudia Estevão do CH:

"Portanto só dar nota que no parágrafo que fala sobre igualdade de género, na nossa perspetiva resumir o princípio da igualdade ou limitar o princípio da igualdade a igualdade de género é extremamente redutor o que se quer é igualdade "*ponto*".

Depois, achei curioso falarmos aqui outra vez da escola pública, do SNS, etc. quando nós temos um SNS que é criado por decreto, dois meses por um governo PS é um facto, mas que dois meses a seguir, deixou de o ser, portanto, houve quinze anos a seguir do Governo PSD e de facto o desenvolvimento e dinamização do SNS foi feito nessa altura, não foi feito por decreto, e, que desde há pelo menos duas décadas que, nomeadamente o SNS, a escola pública, tem sido uma degradação constante.

É precisamente a degradação da escola pública, a degradação do SNS, a falta de condições de trabalho, a falta de poder de compra, que compromete a democracia, não é outra coisa, a democracia, neste momento, é comprometida pela forma como os partidos que governam a exercem.

Obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Carlos Vitorino PSD, faz favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Mas uma vez muito boa noite.

Referir que nós iremos votar favoravelmente esta saudação, sendo certo que aqui são os princípios que se enunciam e relativamente aos princípios, estamos de acordo, relativamente às vezes, à maneira como eles são colocados em pratica, aí muitas vezes verificamos que os princípios não são levados à letra e que a degradação dos serviços públicos que se tem agravado nestes últimos anos, é de facto uma consequência dos princípios que estão escritos não serem muitas vezes levados à letra, mas gostava apenas aqui só de referir no terceiro parágrafo, que "*O 25 de Abril de 1974, permitiu uma revolução tranquila, dando corpo através de eleições, à vontade do povo, possibilitando construir um caminho de garante da democracia e do progresso económico e social*" é só para referir que o PSD considera que, este parágrafo está aqui, ligeiramente incompleto, digamos assim, e que, o Partido Socialista, precisamente aquele Partido Socialista que eu votei há pouco favoravelmente na saudação, em muito contribuiu também para a implantação da democracia em Portugal, quando houve derivas totalitárias que foi necessário travar, e, aí a democracia, a vontade do povo impôs-se, mas a revolução não foi assim tão tranquila, disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Joaquim Pires, CDU faz favor."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Boa noite a todos.

Uma nota muito breve, relativamente a esta saudação no último parágrafo onde se fala "*Celebrar Abril* "e se faz referência a um conjunto de países, eu lembro-me que aqui às nossas portas há um povo que luta há

muitas décadas pela sua independência, pela sua soberania, e que é massacrado pelo Governo Marroquino, e este povo acho que se chama "Saaraui" e luta abnegadamente.

Nós vamos votar favoravelmente esta saudação, com esta nota também, porque este povo provavelmente, merecia estar nesta saudação, de resto, estamos absolutamente de acordo."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, Joaquim Pires.

Não havendo mais intervenções, votamos, saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio apresentada pela bancada do Partido Socialista."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, e um do BE) e duas abstenções do CH.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Avançamos para a última recomendação apresentada pelo Chega.

Dizer-vos, contudo, que, de todas estas moções e saudações há somente duas, uma do Partido Socialista que pede a remessa da mesma aos grupos parlamentares, à 1ª e 10ª Comissão etc. etc. e também o voto de saudação do 25 de Abril apresentado pelo Bloco de Esquerda que pede a remessa do teor integral da presente proposta, aos grupos parlamentares na Assembleia da República, à Associação 25 de Abril, e às Centrais Sindicais, todas as outras propostas, moções etc. ficarão na ata da Assembleia Municipal, somente.

Chega recomendação faz favor."

Recomendação CH "*Simplificação do processo de recolha e tratamento de RCDs para pequenas obras isentas de licença*"

Tomou a palavra o **Sr. Pedro Miguel Duarte Barão** para apresentar a recomendação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre a Recomendação foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Sobre esta recomendação, alguma intervenção?

PSD, Teresa Marta Joaquim, faz favor.

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD:**

"Boa noite, Sr. Presidente, a todos os presentes aqui na sala cumprimento em seu nome, bem como quem nos está a seguir via streaming online.

Em relação a esta recomendação tenho uma pergunta e uma sugestão, a sugestão é que sejam colocadas legendas nas imagens, porque estas imagens podem ser recolhidas em qualquer lugar, em Palmela, Pinhal Novo, noutro sítio qualquer, portanto, sinto essa necessidade de legendar as imagens com local exato.

Depois, uma pergunta que faço, é a seguinte, como é que nós podemos, de facto, aferir que estes detritos ambientais pertencem efetivamente a pequenas obras, e ou, obras não licenciadas, o que é que nos permite concluir isso, pronto, em relação à recomendação, é recomendação, mas tenho estas duas observações.

Muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Pedro Barão, faz favor."

O **Sr. Pedro Barão do CH:**

"Respondendo aqui à Teresa Joaquim, em relação aqui às imagens aceitamos essa sugestão, como é óbvio, apesar de estarmos aqui a generalizar que é perto da Quinta da Marquesa, e da zona da Autoeuropa poderíamos efetivamente ter definido a estrada porque foi estas fotos foram tiradas por nós, tivemos no local e, aliás, passamos várias vezes no local e conseguimos observar.

Em relação à origem do entulho, basta ver o entulho no local, portanto, estamos a falar de sanitas, estamos a falar de banheiras, estamos a falar de azulejo, estamos a falar de tijolo, portanto, a nós, não sendo conhecedores aqui da área, mas temos a perfeita noção que aquilo é entulho de pequenas obras, de pequenas remodelações que as pessoas vão fazendo em casa, e vão despejando ali a céu aberto."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Algo mais sobre esta recomendação? Não?

Fica entregue na mesa e será endereçada ao Sr. Presidente de Câmara.

Coloco agora a aprovação da ata, não é obrigada, de qualquer forma a abster-se, mas, pronto, é um direito muito obrigado, então é com uma abstenção, com uma declaração de voto de não presença nessa sessão.

Ata número dezasseis, de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três, foi aprovada, por A maioria, com vinte e oito votos a favor (dez da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, dois do PPD/PSD, dois do CH e um do BE) e uma abstenção do PPD/PSD – Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Declaração de voto de não presença na sessão de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três de Maria Clara Félix.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passamos à ordem de trabalhos. Se nos permitem e o ponto um é a informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal.

Não sei se há mais intervenções, eu teria esgotado, esgotámos o nosso tempo são 21h40, de qualquer maneira, se houver alguma intervenção mais, eu aceitarei."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD:**

"Sr. Presidente é muito breve."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Não, tem aqui uma inscrição primeiro daquele lado, quem faz intervenções do período da antes da ordem do dia, mesmo depois das moções e das saudações, quem se quer inscrever?

Diamantino faz favor."

O **Sr. Diamantino Sousa do MCCP:**

"Boa noite meus senhores e minhas senhoras sintam-se cumprimentados na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

São duas pequenas questões, mas são muito importantes. Temos constatado a algum tempo a esta parte a redução de recursos humanos no Posto da GNR do Poceirão, neste momento está só um guarda com funções meramente administrativas e que encaminha as questões de atuação no terreno para o Posto de Pinhal Novo.

Como sabem o Posto do Pinhal Novo, está deficitário também e é uma preocupação e tem implicações práticas, diretas, nas populações da União de Freguesias de Poceirão e da Marateca, portanto, fica mais desprotegidas, pois o número de guardas não é o suficiente.

O que gostávamos de saber se o Sr. Presidente da Câmara, tem realizado alguma ação para solucionar este grave problema.

Relativamente à segunda questão também é rápida, temos constatado que o espaço onde se realiza o Festival de Queijo Pão e Vinho é excelente, aliás, muito participativo conforme se pode constatar na atividade municipal de fevereiro e março. Pelo que nos informaram a CAP já não tem interesse no espaço, há alguma hipótese daquelas instalações virem a posse municipal, ou à posse da Arcolsa?

Pois segundo sabemos, ainda se fazem leilões de gado, naquele espaço e obviamente, não esquecemos o papel fundamental que esta estrutura tem na defesa da Ovelha Saloia e do queijo de Azeitão que agora é integralmente feito na freguesia de Quinta do Anjo.

MCCP, disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Teresa Marta Joaquim, portanto, são duas questões que depois, o Sr. Presidente terá ocasião de se prenunciar sobre elas, faz favor."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD:**

"Obrigada Sr. Presidente.

A primeira é a questão do reforço da sinalização horizontal, quer na passagem de peões nos semáforos que permitem atravessar o atravessamento pedonal da rua Infante Dom Henrique para a rua António Sérgio e o mesmo acontece nos semáforos da Palhota que depois virando vai para a Venda do Alcaide, ou no sentido exatamente oposto para Lagoa da Palha, Rio Frio etc. de facto, quando foi feita a sinalização horizontal estava bastante visível neste momento, carece de reforço porque praticamente não se vê, tem semáforo, sim, senhor com o peão a verde, mas a nível de sinalização horizontal não.

Depois, apenas recordarmos aqui, tivemos de facto, o 25 de Abril recordar que também em Abril se comemora um mês muito importante e como membro da Comissão alargada da CPCJ de Palmela, não poderia deixar de passar o mês de abril em claro, porque se assinala o mês da prevenção dos maus-tratos infantis e juvenis e como tal, é bom, não esquecer também este tema tão importante e nomeadamente também a CPCJ Palmela cujo trabalho deve ser continuamente reconhecido por nós, por todos nós, muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Relativamente às questões da CPCJ, tive a ocasião de enviar a todos os líderes de bancada, uma missiva que a própria CPCJ me endereçou e que eu enderecei a todos os líderes de bancada, no sentido da comemoração amanhã do azul, eu já estou hoje, do azul como traje para que cada um no seu local, no seu sítio possa fazer o laço da prevenção e, portanto, tive ocasião de vos enviar isso.

Pedro Barão, Chega faz favor."

O **Sr. Pedro Barão do CH:**

"Muito obrigado.

Queria só fazer aqui mais uma questão.

Apesar de, no seguimento do plano de requalificação escolar municipal estar em curso uma série de melhorias nos Recreios dos estabelecimentos supracitados nos estabelecimentos escolares, peço desculpa, existem já estabelecimentos que foram alvo desta requalificação sem que tenham sido colocados equipamentos de sombra.

Em véspera de período estival usufruto pelos alunos dos novos brinquedos de exterior acaba por ficar assim limitado, ou impossibilitado nas horas de calor, desta forma questionamos a Câmara Municipal, nomeadamente o seu executivo se ainda está previsto serem instalados equipamentos de sombra e caso não esteja previsto a bancada do Chega recomenda que estes sejam instalados em todos estabelecimentos do concelho que não os possua, ou que não tenham alternativa de sombra natural.

Adicionalmente e considerando a entrada a breve trecho do período estival recomendamos que não sendo possível a implementação dos equipamentos acima mencionados em tempo útil que sejam colocadas soluções provisórias.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Eu vou tentar ajudar o Sr. Presidente de Câmara, consegue identificar algum desses espaços?

O **Sr. Pedro Barão do CH:**

"Vou identificar aqui, por exemplo, o Jardim de Infância de Vale da Vila, que já foi alvo de requalificação e que tem os espaços para os alunos ao sol, sem qualquer tipo de sombra."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Alguma intervenção mais neste período? Fechamos?

Sr. Presidente de Câmara, faz favor, estas quatro perguntas de fundo."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sr. Presidente, restantes membros da mesa, Sras. e Srs. membros da Assembleia, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. munícipes que nos acompanham, sobretudo por streaming, trabalhadoras,

trabalhadores do município, Sras. e Srs. jornalistas, cordiais saudações a todas e a todos e o pedido de desculpas por ter chegado ligeiramente atrasado.

Tem sido um dia intenso, esta é a quarta Assembleia de hoje, sem contar com duas outras reuniões, uma delas no Conselho Metropolitano, mas ainda estou com energia para a nossa noite.

Permita-me Sr. Presidente, juntar algumas explicações que não exclusivamente a estas quatro questões sobre dois aspetos que foram aqui objeto de recomendação ao município, porquanto já consegui atualizar informação.

O que se passa nas atas do ano de dois mil e vinte e dois, elas estiveram publicadas, foram retiradas do site do município por determinação na sequência de uma recomendação que é mais do que uma recomendação do responsável pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados, porque não devem estar nas atas referências a nomes que não autorizaram e, sobretudo, a prevenção para que não haja problemas no período de intervenção do público.

Quem acompanha as nossas reuniões já se apercebeu que nos últimos tempos, eu faço essa referência verbalmente para que as pessoas refiram se veem algum inconveniente das filmagens etc. etc. o que é que os nossos serviços estão a fazer, estão passar a pente fino, milhares de páginas e, enfim, bloquear ali a zona dos nomes. A partir de maio, nós próprios, os Srs. eleitos, todos os órgãos que participam nos órgãos, quem intervém no período antes da ordem do dia destinada ao público etc. etc. nós preencheremos se entenderem um impresso para o mandato e as pessoas vão passar a ter também de preencher um formulário, dando ou não autorização para os vários níveis da informação.

São questões que hoje estranhamos, mas, como já houve problemas desta natureza, estamos a acautelar estas matérias.

Sobre a questão dos RCD's, nós também obviamente, estamos preocupados e achamos útil, sobretudo a melhoria da requisição deste serviço online, porque estamos a fazê-lo com outros serviços e penso que isto também pode ser agilizado levando a que as pessoas venham apenas uma única vez ao serviço para levantar o saco.

Já a questão do poluidor/pagador e de isentar, vemos isso com alguma preocupação, porque, de facto, todas as recomendações de todos os organismos europeus, estatais, etc. entidades reguladoras é, para que mesmo fazendo um preço abaixo de custo que é aquilo que acontece no nosso município, e fazendo, inclusivamente a isenção para quem entrega no Centro de Transferência de Pinhal Novo, aí garanto-lhe que são, umas boas toneladas, nós pagamos quase dois milhões de deposição de resíduos à Amarsul, que é a entidade que tem a exclusividade para o tratamento destes RCD's, de todo o tipo, a sua triagem, a sua seleção, o seu tratamento e reaproveitamento, aliás, recentemente encetaram obras para a ampliação deste segmento na Amarsul.

O local que identifica é, sobretudo a Reta do Picanço, onde há dois anos foram só num fim de semana vinte e um camiões de algumas vinte toneladas cada um que retirámos, nos últimos dois anos também intervenções da Brigada do Mar, com a colaboração de outras empresas de resíduos que permitiram tirar também cerca de seiscentas toneladas de resíduos, a fiscalização tem estado mais atuante, temos autos, já fizemos vigilância humana, inclusive, para tentarmos, apanharam em flagrante alguns prevaricadores e temos, sobretudo, incentivado os proprietários dos terrenos a vedarem os seus terrenos.

Avaliaremos naturalmente, estamos disponíveis para isto tudo, dando outras soluções.

Sr. Diamantino do MCCP, GNR de Poceirão, não sei se dei nota a Câmara Municipal, aprovou por unanimidade uma moção reclamando o reforço de efetivos em todo o concelho, colocou essa questão ao Sr. Comandante de Destacamento, reuni fez na segunda-feira oito dias com o Sr. Comandante do Destacamento Territorial de Setúbal, que me vem então explicar esta metodologia que, pelo menos me foi apresentada como transitória de juntar alguns efetivos para tentar fazer de um sítio onde não conseguia fazer duas patrulhas, tentar fazê-las juntando militares de Pinhal Novo e de Poceirão, obviamente nós, enfim, compreendemos estas formas de gestão do pouco efetivo, mas não aceitamos, contestámos, mas vamos ver os resultados esperemos que, pelo menos, o sentimento de insegurança não seja maior isto está naturalmente a causar algum alarmismo.

Insisti para que me clarificassem o número de efetivos que temos no concelho, não mos discriminaram mas apontaram para a existência de cento e vinte e cinco efetivos no Destacamento Territorial de Palmela em

todos os postos. Nós acreditamos neste número, porque sabemos que o Comando hoje tem outras valências, tem Investigação Criminal, tem Brigada Ambiental, tem Brigada Escola Segura, enfim, é, de facto, já um número significativo, mas depois há muita gente que não está, de facto, na rua e também há muita gente que não está ao serviço e isso não consegui discutir em pormenor, portanto, a nossa moção já acusaram a receção, o Sr. Ministro vai receber-me no dia nove de Maio, onde iremos falar sobre esta matéria e sobre, enfim, a indefinição que parece nos últimos tempos estar a arrastar-se sobre o contrato de financiamento para o novo Posto de Poceirão.

Nós acreditamos que sem reforço de pessoal e de efetivos as coisas não funcionam, mas acreditamos que melhores instalações ajudarão a fixar alguns militares, há militares que são colocados no Poceirão, fazem lá o seu estágio, mas depois não se fixam lá, porque, de facto, não há condições para estar ali, para desenvolver um trabalho com dignidade, até que a autoridade tem que demonstrar e portanto o município está a procurar representar os interesses da nossa população e as preocupações de todas as bancadas.

O espaço do Queijo, Pão e Vinho, da Arcolsa etc. efetivamente a CAP é proprietária, eu desconheço se já não tem interesse ou não, eu por acaso, conheço é um pedido de reunião para se conversar sobre aquilo que está na Revisão do Plano Diretor Municipal para aquela área, porque inicialmente, a CAP tinha solicitado para que, enfim, se intensificasse ali um bocadinho a ocupação até no domínio da Habitação, nós não concordamos, mas encontrarmos ali um misto, temos uma proposta diferente para o local que valoriza precisamente a possibilidade de ser um local ligada à agrícola de produção e aos eventos e, portanto, também é uma zona da área verde livre urbana no perímetro de Cabanas/São Gonçalo, estamos disponíveis, iremos, seguramente, reunir, quando houver agenda para isso, é evidente se parte daquele espaço, porque aquilo é muito maior do que aquela zona que está vedado, enfim, se for posta aí à venda, vamos ver se temos condições para exercer o direito de preferência e se temos dinheiro para isso.

Sra. membro da Assembleia, Teresa Marta, a sinalização horizontal, de facto, já devia ter começado, nós fizemos um procedimento que era para estar concluída em março e iniciado no terreno em abril, o primeiro do ano que fazemos dois por ano. Acontece que esse procedimento ficou deserto, portanto, as empresas que habitualmente concorrem não concorreram, elaborámos um procedimento mais simplificado, vamos poder utilizar a figura do ajuste direto esperamos, enfim, no início de maio, poder começar a fazer um trabalho que já se nota nalguns sítios que está em atraso.

Sobre as questões do ensombramento de Vale da Vila, já tive oportunidade de explicar isto até numa reunião pública o Vale da Vila até tem um toldo na ligação dos telheiros, porque atenção, que a telheiros atrás das salas de aula, as Escolas dos Planos de Centenário sempre tiveram os telheiros, seja para abrigar da chuva, seja para estar à sombra, é evidente se as crianças querem estar na areia junto ao brinquedo ou noutro local não podemos fazer logradouros totalmente cobertos.

Nós temos projetos em elaboração para as zonas que têm maiores logradouros sem sombra, nomeadamente Alberto Valente, Salgueiro Maia também na zona de pré-escolar, estamos a analisar a questão do Vale da Vila e, entretanto, aqui também na Joaquim José de Carvalho também vão abster-se de todos sobre os novos brinquedos que também vão ser revistos e nós vamos estudando isso, quer do ponto de vista das regras que há também porque os logradouros tem que ter zonas desimpedidas até para circulação às vezes de equipamento e de viaturas para reparações etc. etc. porque se metermos toldos, por exemplo, não conseguimos lá levar uma plataforma elevatória para ir ao telhado da escola ou para pintar como já aconteceu em Quinta do Anjo, nalgumas zonas, enfim, nós estamos a estudar isso de acordo com aquilo que vamos conversando com as associações de Pais com os diretores da escola e com os nossos serviços técnicos que têm também estas questões da ocupação do espaço, da situação das zonas de segurança, etc. etc. devidamente equacionadas e, portanto, estamos a procurar ir respondendo, paulatinamente.

Penso que é tudo Sr. Presidente, muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Esclarecimentos prestados passamos então agora sim, o ponto um da ordem de trabalhos, informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal de acordo com o disposto faz favor."

Período da Ordem do Dia

PONTO UM –Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro;

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

São dois meses, mas de facto muito intensos, porque no arranque do ano há um conjunto de projetos que reiniciam falo-vos por exemplo dos projetos participativos, muitas reuniões setoriais, preparação dos ciclos "Eu Participo!" 2023, a desenvolver junto das/os Trabalhadoras/es Municipais, bem como dos Munícipes. Não obstante, o destaque foi para as Semanas das Freguesias dedicadas a Pinhal Novo e a Quinta do Anjo, com programas muito ricos, que favoreceram o contacto próximo com as populações e agentes locais, a apresentação de obras e projetos, a identificação e o tratamento de assuntos de gestão corrente, bem como a realização de um primeiro balanço relativamente à assunção das novas competências pelas respetivas Juntas de Freguesia. No que respeita aos processos em curso com crianças e jovens, além do trabalho permanente, de aprofundamento das práticas de cidadania ativa e do debate em torno dos Direitos Humanos e temas da atualidade, salienta-se a partilha de experiências entre o Clube "Eu Participo!", destinado aos 2.º e 3.º ciclos, e a Escola "Agentes Eu Participo!", que envolve o pré-escolar na definição de prioridades, ensejos, sonhos que tenham para os passos que vivenciam e onde fazem a sua aprendizagem.

O Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Palmela que às vezes parece não ter visibilidade, mas que está de facto plasmado em toda a organização e com uma grande interligação com outros projetos municipais, concretizou importantes momentos formativos e de sensibilização. Na sequência do espetáculo "Couve Rosa, Morango Amarelo", enquadrado pelo Fantasiarte, continuaram as oficinas e conversas com alunas/os de todo o Concelho para abordagem de temas como o *bullying* ou a identidade de género, e no âmbito do Mês da Juventude "Março a Partir", realizaram-se dois Fóruns Comunitários sobre Igualdade e Não Discriminação com 70 jovens da Escola Secundária de Palmela e do Agrupamento de Escolas José Saramago (Poceirão). A ação de formação interna "Igualdade entre Mulheres e Homens e Conciliação" procurou capacitar a organização para a promoção da igualdade e a conciliação das esferas profissional, pessoal e familiar. Destaque, ainda, para o programa que assinalou o Dia Internacional da Mulher, com formação, conversas, espetáculos, desporto, visitas e exposições, entre as quais merece referência a mostra "A Verdade Dói", do Museu do Calçado de São João da Madeira, com testemunhos na primeira pessoa sobre diversas nuances da violência sobre as mulheres, essa exposição ainda está em Pinhal Novo e estamos a procurar levá-la também a Águas de Moura.

Noutro plano já da reorganização interna temos estado a monitorizar o desempenho da aplicação *ePaper* para submissão *on-line* de processos de Urbanismo foi acompanhado em permanência, com foco na melhoria contínua e na capacitação das equipas, verificando-se o paulatino aumento do número de formalidades submetidas por esta via. Sublinha-se o regresso ao terreno, a 1 de março, da Loja Móvel do Cidadão, importante serviço de proximidade junto das populações mais dispersas.

Neste período, a Academia de Proteção Civil desenvolveu várias ações de esclarecimento e promoção de uma cultura de segurança junto de diversos públicos, como a Universidade Sénior de Palmela, a turma do curso técnico-profissional de Proteção Civil da Secundária de Palmela e várias escolas do Concelho. Em parceria com os Bombeiros de Palmela, o Município dinamizou uma reunião com a população de Aires e Quinta da Glória, com vista à ampliação do projeto "Aldeia Segura, Pessoas Seguras" no âmbito da prevenção dos incêndios de uma cultura de segurança porque há cidadãos disponíveis para fazer parte de uma rede que tem que integrar todos os agentes e todos somos Proteção Civil.

Concluída a resolução de patologias na EB Águas de Moura, no âmbito da garantia da empreitada de ampliação e requalificação, procedeu-se, também, à reparação da rede de esgotos do edifício do primeiro ciclo na EB José Saramago e dos painéis solares e sistema de aquecimento central do JI de Lagameças, encontrando-se diversas outras intervenções já adjudicadas ou com concurso a decorrer. O Município entregou 78 Bolsas de Estudo para o presente ano letivo – o maior número de sempre, num total superior a 40 mil euros. No âmbito do Plano de Mobilidade do Fantasiarte, mais de meio milhares de crianças assistiram aos espetáculos "Canteiro de Livros" pela Companhia de Teatro de Marionetas de Valdevinos e "Vassilissa" pelo Teatro O Bando. O 2.º curso "Aprender a Nadar" abrangeu 28 turmas de todo o Concelho e o 1.º período da Fase Interescolas dos Jogos Desportivos Escolares contabilizou cerca de 600 participações, nas diversas modalidades.

A Unidade de Saúde Móvel continuou a levar ações de literacia em saúde e promoção de estilos de vida saudáveis a vários pontos do Concelho, o projeto para a Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo está terminado, tem ali mais uns pormenores à própria da hora, mas nós aguardamos é a publicação do aviso que nos dizem que está predestinado e espero que seja este ano para lançarmos o concurso para a obra, porque há o contrato assinado com a garantia do financiamento e nós já vimos o financiamento no mapa da Associação Nacional dos Municípios e da CCDR, agora queremos é assinar as coisinhas.

O 13.º Fórum Social de Palmela reuniu com a Rede Social Local e outros atores num debate muito frutífero, em torno dos desafios colocados pelo processo de descentralização de competências da Administração Central para os Municípios, nas áreas da Educação, Ação Social e Saúde. A este propósito, a preparação da assunção das competências na Área Social, em abril, motivou a realização de múltiplas reuniões com a Comissão de Acompanhamento e as IPSS que assumem já, desde 3 de abril, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) - Cáritas Diocesana de Setúbal, Centro Social de Quinta do Anjo e Fundação COI – tendo sido aprovados, neste período, os respetivos protocolos de cooperação, bem como o Regulamento Interno do SAAS.

No campo da Habitação, além do acompanhamento e conservação permanente do parque habitacional municipal, regista-se a aquisição de cinco fogos para reabilitação, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, e concluiu-se o processo de transmissão gratuita de um imóvel em Pinhal Novo, pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Decorreu, entretanto, a fase de diagnóstico do Estudo e Plano de Revitalização Económica do Centro Histórico de Palmela, em desenvolvimento pelo Município com o Instituto Politécnico de Setúbal. Relativamente a obras no núcleo mais antigo da vila, encontrava-se em conclusão a requalificação do antigo edifício da GNR, que irá acolher o Centro de Investigação do Património Cultural, deram-se por terminados os trabalhos de conservação, restauro e arqueologia na Capela de S. João Baptista, e estavam em curso a obra de reabilitação do muro da Rua Hermenegildo Capelo e o concurso para projeto de reabilitação do muro da Avenida dos Cavaleiros da Ordem de Santiago e Espada.

A proposta de revisão do Plano Diretor Municipal continua em adequação e concertação junto de entidades da tutela. Verifica-se, nos processos de reconversão, uma fase de maior dinamismo em várias Áreas Urbanas de Génese Ilegal e, até, a retoma da atividade de algumas comissões, de grande importância para a qualificação e a coesão territorial.

No que respeita à realização de infraestruturas em substituição dos promotores, está terminada a empreitada de conclusão/retificação de infraestruturas elétricas (PT 16 e PT 04) do loteamento Val'Flores e deu-se início à empreitada de infraestruturas elétricas na Quinta dos Farias, ambas em Pinhal Novo.

Com várias empreitadas a decorrer na área do saneamento, sublinha-se a conclusão dos trabalhos relativos à execução de prolongamentos 2022 nos "Sistemas de drenagem de águas residuais – ampliação e remodelação das redes de águas residuais domésticas e pluviais", bem como do projeto de infraestruturação da Lagoinha, zonas 5 e 10.

O Dia Mundial da Floresta inspirou um vasto programa comemorativo, com propostas que envolveram públicos diversos em atividades de sensibilização e educação ambiental, visitas à Serra do Louro e ações de plantação e reflorestação, com destaque para as realizadas no âmbito da campanha "A Nossa Serra: Ama, Planta, Cuida". Na sequência da iniciativa "Adaptação e Mitigação de Riscos Hidrológicos na AML" pós-cheias

de dezembro de 2022, foram identificadas e comunicadas à AML duas áreas de intervenção com risco hidrológico relevante, nomeadamente, a Ribeira do Livramento e as encostas do Castelo, ambas na bacia hidrográfica intermunicipal da Ribeira do Livramento. Releva-se, ainda, nesta área, a conclusão e aprovação da base estrutural do Plano de Ação Climática de Palmela.

Foi colocado ao serviço da comunidade o renovado Jardim António Ferreira da Costa, em Venda do Alcaide, com um novo espaço de jogo e recreio, área de ginásio ao ar livre, zonas de estadia e percursos de utilização pedonal e clicável. Concluiu-se, também, uma intervenção de requalificação junto à Associação de Moradores da Quinta da Torre e foi adjudicada a empreitada de remodelação da Praceta da Nova Palmela nascente. Por administração direta, concluíram-se trabalhos de poda e limpeza de árvores nas Freguesias de Palmela e de Pinhal Novo e a plantação de 85 árvores em espaço público. O primeiro Parque de Matilhas de Quinta do Anjo foi inaugurado, na Freguesia de Quinta do Anjo, e encontrava-se em elaboração o Plano de Gestão das Colónias de Felídeos do Concelho.

A pavimentação da Rua Manuel Carvalho Domécio, em Quinta do Anjo, está concluída e encontravam-se a decorrer diversas outras empreitadas de pavimentação ou repavimentação, com especial ênfase para aquela Freguesia. As equipas municipais asseguraram, diretamente, um extenso programa de trabalho com vista à conservação permanente da rede viária, capinação de bermas e valetas, reparação de passagens hidráulicas, limpeza do espaço público e focos de poluição, entre outras tarefas. A operação de transporte público rodoviário continuou a ser acompanhada em permanência, encontrando-se em revisão o plano de oferta para adequação às necessidades das populações.

No período em apreço, tramitou o concurso para contratação de estudos prévios e projeto de reabilitação para a estabilização da estrutura da Torre de Menagem e Corpos Contíguos do Castelo, entretanto adjudicados. No plano da revisão da Carta Arqueológica do Concelho, terminou a fase de trabalho de campo. As atividades de Serviço Educativo evidenciaram muita procura, com 2.555 participações registadas. Em colaboração com a Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, realizou-se o curso "Ordens Militares e Fortificações". A exposição fotográfica "Ferroviários" esteve patente no Auditório Municipal de Pinhal Novo – Rui Guerreiro e motivou um conjunto de visitas guiadas.

A Rede Municipal de Bibliotecas Públicas do Concelho de Palmela continuou a demonstrar a sua pertinência, capacidade de adaptação às novas expetativas do público e preocupação com a inclusão. É exemplo o arranque do projeto mensal "Laços de Leitura", dirigido às/aos utentes do Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência, da Fundação COI, que integra sessões da "Hora do Conto", dinamização de jogos e atividades de expressão plástica. Para assinalar o Dia Mundial da Poesia e o centenário do nascimento de Eugénio de Andrade, a iniciativa "Uma ligação, uma poesia" propôs a leitura de um poema do autor português via telefone a quem ligasse para o número divulgado. Registaram-se mais de 100 chamadas, de todo o país e foram, igualmente, oferecidos poemas nas Bibliotecas. Continuaram a despertar forte interesse projetos como "365 de Romance", com a presença da escritora Isabela Figueiredo, "Conversas sem Margens" com a apresentação do livro de Raquel Varela "Breve História da Europa", ou a Formação para a Comunidade, cujas ações têm resultado em novas dinâmicas entre as/os participantes e atividades complementares como mostras de trabalhos e intervenções performativas. Na fase municipal do Concurso Nacional de Leitura, foram apuradas/os 12 alunas/os para participar na fase intermunicipal.

A programação cultural destes dois meses foi rica em propostas, com relevo para o programa descentralizado e de grande qualidade que prestou homenagem ao Teatro, ao longo do mês de março, tendo-se contabilizado mais de 2.200 espetadoras/es. O retorno do cinema à sala do Cine-Teatro S. João tem sido muito bem acolhido e o crítico e jornalista Rui Pedro Tendinha iniciou um ciclo de programação em Palmela, com sessões que tiveram como convidados o músico David Fonseca e o realizador nomeado para os Óscares, João Gonzalez. Em Poceirão, "A Noite de Serenatas" regressou com um novo formato e o Carnaval voltou a sair à rua em Pinhal Novo. De modo geral, a programação musical eclética continuou a afirmar, claramente, que "Palmela é Música".

A 28.ª edição do "Março a Partir" congregou 29 entidades parceiras, com trabalho na área da Juventude, que desenvolveram 70 atividades, em áreas como o desporto, o teatro, a formação, o debate, a música ou o cinema. No âmbito do projeto de inclusão social *Jah Moment*, realizaram-se oficinas de criatividade e tecnologia para 12 turmas da Secundária de Palmela e seis turmas da EB José Saramago.

Na área desportiva, o ciclismo continuou a ter destaque, com a 6.ª edição da Clássica da Arrábida – projeto que une os três municípios da Arrábida e a Federação Portuguesa de Ciclismo – a atrair a participação de 11 equipas nacionais e seis estrangeiras, num total de 117 ciclistas profissionais. Realizaram-se, também, o 2.º Prémio Juvenil de Ciclismo do Concelho de Palmela, duas concentrações de minibasquetebol e duas caminhadas desportivas. O projeto "O Ciclismo vai à Escola", iniciado na EB Aires, alargou-se à EB António Matos Fortuna, com a ciclista Ana Neves como madrinha. A inauguração do Centro de Marcha e Corrida de Quinta do Anjo aumentou para três o número destas estruturas já disponíveis no Concelho.

O novo ano turístico começou com enorme fôlego e o Município aproveitou as melhores oportunidades para promover o território, os seus produtos de qualidade e a oferta turística. São exemplo a participação em certames como a 7.ª Mostra Silves – Capital da Laranja" e a Bolsa de Turismo de Lisboa, com distribuição de brindes, degustação de produtos e ações de promoção do território e calendário de eventos. A ligação de Palmela à devoção a Santiago reafirmou-se, também, na participação no pavilhão da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago na BTL, com a pintura de cerâmica alusiva à temática jacobeia, e no 1.º Fórum Internacional do Peregrino de Santiago, na Covilhã. Enquadrados pelo programa "Palmela, Experiências com Sabor" 2023, decorreram os Fins de Semana Gastronómicos do Queijo de Ovelha e um ateliê de Fogaça de Palmela muito participado. A empreitada para instalação da Janela da Arrábida no Espaço Fortuna decorre a bom ritmo e, a 31 de março, arrancou a 27.ª edição do Festival Queijo, Pão e Vinho, certame fortemente apoiado pelo Município e que demonstrou continuar a ser a maior montra dos sabores e saberes da Arrábida. De resto, o presente relatório dá nota de um largo conjunto de iniciativas e presenças em estruturas regionais e nacionais, que pretendem alavancar novos projetos, estreitar parcerias, aceder a *know-how* e experiências e continuar a potenciar os valores estratégicos deste território. O encontro anual promovido pelo Município com os agentes económicos locais contou com a presença interessada de 35 entidades parceiras, com vista ao estabelecimento ou reforço de sinergias para a qualificação da oferta turística.

No quadro das relações internacionais, os municípios da Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, cuja Assembleia é presidida por Palmela, subscreveram a declaração "Rumo a 2030" e o Plano Estratégico de Cooperação para o Desenvolvimento do Município de Palmela foi apresentado ao Instituto Camões. Através da Missão Mar Aberto, da Marinha Portuguesa, procedeu-se ao envio de um conjunto de material de apoio à realização de uma ação de formação em pintura, olaria e azulejaria, a realizar em S. Filipe, na Ilha do Fogo, em Cabo Verde, no âmbito do protocolo de cooperação celebrado entre a ADREPAL e os dois municípios, procurando capacitar a população local com novas competências e favorecer a sua empregabilidade. Município Solidário e pela Paz, Palmela contribui, assim, para o progresso e sustentabilidade de um município amigo, através da partilha do melhor do seu património e tradições.

Sr. Presidente peço desculpa, mas, vou poupar-me hoje na prestação de contas, fico só para as respostas."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente, sim, senhor, combinamos assim.

Intervenções sobre esta atividade municipal que queiram fazer nesta fase?

Pedro Barão, Chega faz favor."

O **Sr. Pedro Barão do Chega:**

"Muito obrigado.

Sr. Presidente permita-me só pegar aqui num dos pontos que falou até para fazer aqui uma gestão de expectativas dos munícipes em relação à Unidade de Saúde da Quinta do Anjo, que foi uma das bandeiras políticas da campanha eleitoral em dois mil e vinte e um, e, que estávamos com início da obra para dois mil e vinte e dois e a sua conclusão para dois mil e vinte e três.

Temos sido questionados por alguns munícipes daquela zona sobre o real estado do projeto, abordou que já tinha o projeto sido aprovado, mas gostaria de questionar se há um ponto de situação mais concreto, se realmente a obra começa este ano, eu sei que não depende só do município, há aqui várias entidades a

articular o projeto, queria ver consigo um ponto de situação mais concreto sobre o estado desta Unidade de Saúde que é tão importante para aquela freguesia que, como sabe, teve um crescimento muito grande nos últimos anos.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Clara Félix, Partido Socialista faz favor."

A **Sra. Clara Félix do PS:**

"Boa noite a todos, sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Sr. Presidente.

Nós temos aqui uma questão, que tem a ver com a educação. Antes de mais, dizer-vos que nos apraz muito termos percebido que a nossa Câmara passou a fazer um reforço alimentar às crianças do pré-escolar e do 1º ciclo, achamos que é realmente uma excelente medida, e, como ela é uma excelente medida, a nossa sugestão seguia que fosse equacionado que esse reforço alimentar fosse extensível a alunos de outros ciclos, porque, na verdade, o momento é difícil, e nas escolas, nós percebemos que há crianças que precisariam desse reforço e nada, e ninguém melhor, do que os diretores de turma que identificariam essas crianças, pronto, fica esta sugestão da nossa parte.

Muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Joaquim Pires, CDU faz favor."

O **Sr. Joaquim Pereira Pires da CDU:**

"Uma ou duas notas muito rápido relativamente a este balanço do trabalho que nos foi presente. Eu queria deixar aqui a felicitação a toda a equipa, funcionários etc. etc. da Câmara que tem contribuído, que contribuem, e vão continuar a contribuir para que um balanço de uma atividade tão extensa, tão variada, seja e que continue a ser apresentado, para nós podermos avaliar aquilo que é feito, dar as nossas sugestões, mas também apreciar e felicitar quem de uma forma perfeitamente empenhada, e interessada e corajosa se dedica à questão de gerir os destinos da nossa região sendo que, para que as pessoas, os nossos munícipes tenham cada vez mais melhores condições de vida para viver e onde a Palmela apeteça viver, como nós dizemos e, portanto, era esta felicitação a todos os funcionários, vereação etc. etc.

Aproveitava um pouco a deixa para tentar saber junto do Sr. Presidente, como é que está o ponto de situação relativamente ao Centro de Saúde dos Brejos de Assa, uma vez também tínhamos também em mente o da Quinta do Anjo para saber qual é o ponto de situação em que se encontra, mas tínhamos também Brejos do Assa e eu deixava a pergunta ao Sr. Presidente, quando respondesse à outra questão que já lhe foi colocada responda também a esta que a CDU pretende saber.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Luís Marques, MCCP."

O **Sr. Luis Marques do MCCP:**

"Boa noite, boa noite Senhor Presidente na sua pessoa cumprimento todos os presentes e ao público lá em casa. Aqui uma observação em relação ao comentário que o Sr. Presidente tem feito várias vezes que diz respeito aos concursos ficarem sempre desertos, ou quase sempre desertos.

Aqui a minha questão é muito simples, era perceber como é que se chega aos valores que são apresentados nesses concursos para que fiquem sempre desertos se há alguma forma, forma de adequar o valor mais próximo da realidade ou se há alguma forma de fazer o concurso ser apetecível para algumas empresas, ficar sempre deserto depois caímos sempre no ajuste direto e parece que há qualquer coisa aqui que não é apelativo para se trabalhar com o nosso município.

Obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Obrigado.

Teresa Marta Joaquim."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD:**

"Obrigada Sr. Presidente, novamente.

São algumas perguntas e observações em relação a pedido de esclarecimentos em relação a bolsas de estudo dadas pelo município. Recordar apenas quem nos ouve que estas bolsas de estudo, são bolsas de estudo atribuídas a famílias economicamente carenciadas, e têm, de facto, aqui também por isso, um reconhecimento de avaliação suplementar de valor para a população.

O Sr. Presidente referiu se não estou em erro que foram atribuídas no ano letivo 2022/2023 que é o ano letivo em que estamos, setenta e oito bolsas e que esse número terá sido o maior de sempre. A minha pergunta é qual era o número total, potencial de bolsas que deveriam ou que existem para ser atribuídas neste caso, no fundo, pretender aqui saber qual a percentagem a que corresponde estas setenta e oito bolsas, e se ficaram muitas por atribuir.

Outra questão, tem a ver com a divulgação destas bolsas de estudo destas possibilidades, pese embora a divulgação que existe no próprio site da Câmara Municipal e que é sucinta porque depois tem vários links que remetem para bastante informação, mas, digamos que não acredito e peço desculpa por que, no fundo, isto é um preconceito ou um pré-conceito que famílias carenciadas que tenham, digamos, condições económicas financeiras para poder estar em termos de meios digitais, o mais atentas possível até em termos da sua divulgação destas bolsas.

Fortuitamente informalmente em contacto quando duas pessoas da Associação de estudantes, acabámos por concluir, acabei por concluir, porque isto é um tema que me interessa que, de facto, nas escolas, nomeadamente na Secundária de Pinhal Novo, esta divulgação não está muito presente em termos físicos, digamos, assim, claro que os diretores de turma sabem os diretores de escola sabem, mas, até que ponto é que a autarquia pode efetivamente monitorizar como é que esta divulgação pode chegar mais e melhor aos pais e neste caso aos alunos.

Por último, se é feita ou não o acompanhamento do sucesso destes alunos que são beneficiados pelas bolsas, algumas bolsas, nomeadamente ainda de ensino universitário e secundário que tem um valor bastante simpático e como é que é feito este acompanhamento do sucesso destes alunos, ou seja, como perceber, por exemplo, a relação entre as bolsas atribuídas e o abandono escolar se é que existe, e como se faz este rastreamento desta progressão dos estudos destes alunos.

Muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais alguma intervenção?

Ricardo Marques."

O **Sr. Ricardo Marques do PS:**

"Muito obrigado Sr. Presidente, tentarei ser breve.

Em relação aqui ao relatório de atividades o Sr. Presidente referiu aqui processo de melhoria na aplicação "*ePaper*" no que toca aos processos do urbanismo, uma das questões que tinham sido colocadas à bancada do Partido Socialista, tinha sido com a apresentação dos projetos e de todos os requerimentos e por vezes com um documento contendo um erro mesmo que sucinto, digamos assim, ou que poderia ser corrigido o processo ficava inquinado à partida e depois não se poderia novamente enviar o processo pela plataforma teria que ser, depois tudo reenviado por e-mail, não sei se essa é uma das melhorias que está em andamento é essa a questão.

No tocante aqui ao estudo e plano de revitalização económica do Centro Histórico de Palmela, questionamos se efetivamente terá aqui uma componente também que nós já tínhamos referido aqui em Assembleia das infraestruturas, das acessibilidades do próprio Centro Histórico, se isso é algo que continua como o Sr. Presidente referiu em mente por parte do executivo.

Já que falamos acessibilidades e vias públicas também tocando no documento que vem a seguir, mas só uma pequena referência à uma referência até a uma candidatura do PRR em termos de acessibilidades, "360" para o Pinhal Novo Norte, no que toca aos passeios públicos, mas, até aqui no que toca a atividade seria importante também o Pinhal Novo Sul, referimos à Rua Infante Dom Henrique, Bartolomeu Dias, sabemos bem que há as questões urbanísticas de alguns terrenos, mas contudo acho que seria importante reforçar os passeios públicos, mesmo com estes constrangimentos com os proprietários, se é que eu estou certo em relação a esses constrangimentos.

No tocante ao "Março a Partir", temos aqui um parágrafo só, parece-nos é que este momento, este projeto de inclusão social pode ser realizado em qualquer altura do ano, isso também já tem que ver com a própria posição do Partido Socialista em referencia ao "Março a Partir" e às questões da juventude no seu todo em relação, a nossa questão é este momento foi realizado durante o "Março a Partir", ou foi só aqui colocado no mesmo paragrafo.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Carlos Vitorino, PPD/PSD, e fechávamos as intervenções, faz favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Muito obrigado.

Sr. Presidente de Câmara, com muita atenção estive atento aqui à sua alocução relativamente à atividade municipal e verifiquei aqui logo na primeira página, questões relacionadas até com a Academia da Proteção Civil e da parceria, nomeadamente com a reunião da população de Aires e Quinta da Glória com vista à ampliação do projeto "*Aldeia Segura, Pessoas Seguras*", o que é sempre de realçar e de louvar.

Também relativamente ao Dia Mundial da Floresta, que inspirou um vasto programa comemorativo com as propostas e visitas à Serra do Louro, as ações de plantação e reflorestação que também é algo que nós achamos bastante útil e dinâmico mais a mais face à tragédia, que se abateu e que podia ter tido

consequências ainda mais gravosas no último Verão, e isto leva aqui à minha questão relativamente à questão do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, saber o ponto da situação, porque, de facto, o nosso concelho de Palmela ainda foi recentemente, dado conta que ainda não estava aprovado e que era daqueles que estava em falta e saber então o ponto da situação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, porque achamos que é um assunto também relevante para o município e para os munícipes.

Muito obrigado.**"**

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Senhor Presidente faz favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Senhor membro da Assembleia do Chega, a Unidade de Saúde Familiar, o projeto teve que sofrer algumas alterações por parte, quer da saúde, mas também por causa de uns esclarecimentos que aguardamos da "CCDR LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo", por causa da proximidade da Ribeira que, aliás, tem financiamento e também há de ser reabilitada e, portanto, houve que compaginar ali o que é que está previsto para um lado e para outro, mas não é isso que atrasa, porque para concluir o projeto faltam dezoito dias, contratualmente, e o que nós pretendemos é a publicação do aviso de candidatura para a obtenção do financiamento.

Sobre o aviso, nós temos feito diversas diligências junto da tutela. A última, eu tive que ser um bocadinho cáustico, porque no mês de março foram assinados dois contratos desta natureza e abertos avisos para Sesimbra. Eu entendo, porque Sesimbra ainda estava à espera disso no tempo em que nós fizemos a unidade de Saúde Familiar de Pinhal Novo, portanto, tinha mesmo que ser o primeiro aqui na península, porque era um processo que estava em atraso - o Governo estava, digamos, em atraso relativamente a Sesimbra. Não percebo é porque é que outro projeto, enfim, foi lançado, inclusivamente com presença ministerial, por exemplo, em Sines e, nós estávamos à espera e propusemos ao Governo que pudesse fazer. Precisamente, quando nos consultaram que assuntos é que queríamos debater durante essa semana e o que é que queríamos contratualizar, nós dissemos «queremos falar sobre as variantes, vamos falar sobre isto, sobre aqueloutro e, nomeadamente, sobre este processo», que nós temos um acordo assinado com a "ARSLVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo" assinado em Quinta do Anjo, há dois anos. Esse acordo tem o prazo de dois anos para passarmos àquilo que interessa, que é o financiamento.

Tranquilizam-nos, «o dinheiro está no mapa etc.», mas tenho que desabafar aqui um bocadinho. Eu acho que isto é um bocadinho pressão para ver se nós assinamos os autos de transferência da Saúde, porque eu tenho recebido pressões semanais. Mas não vamos assinar enquanto os autos não estiverem corretos, e aqui responde à questão de Brejos do Assa. O que fizeram na última versão que nos enviaram em fevereiro foi, de facto, dizer «sim senhor, é verdade, há a extensão dos Olhos d'Água, há a extensão de Brejos do Assa, etc. etc.», mas está como edifícios indefinidos sem custos, logo sem verbas, porque aquilo tem uma formula por edifício para a sua conservação, e nem sequer define uma coisa que nós já dissemos quanto é que vai custar que é a renda de Brejos do Assa/Algeruz, e que nós já solicitamos uma resposta. Só queremos uma resposta, independentemente de isso entrar no auto hoje, amanhã, daqui a um ano - é que os senhores se comprometem, depois, a ressarcir o Município. O proprietário está disponível para nós fazermos o contrato de arrendamento amanhã. Portanto, estou a tentar responder a duas coisas, mas não estou a fugir à questão.

Primeiro, estamos em condições de fechar o projeto e de poder, em concursos, etc. etc., eu, diria, no início lá para julho/agosto, vamos contar aqui, se calhar, quarenta e oito dias, porque sei mais ou menos os prazos destas coisas - julho/agosto, havendo o contrato de financiamento, o aviso, etc. para agosto era bom podermos lançar a empreitada, mas nós precisamos de ter o "pássaro na mão para poder avançar com isto. E quanto a Brejos do Assa, escrevemos a semana passada, de novo, à pressão que nos fizeram. Temos negociado, as reuniões correm bem, mas depois o documento que vem, volta a não está correto e até foi a

Sra. Vereadora que respondeu, que é para eu ficar para o desempate. Vamos ver agora qual é a resposta do lado de lá.

A sugestão que faz na educação é matéria que nós vamos refletindo. Sabe que nestas questões, isso é como outras… há tempos, justamente, um eleito questionava-me «vocês, no cabaz social, porque é que não vão mais longe?». Nós temos a informação das necessidades e estamos em condições de ir mais longe nos apoios, felizmente, temos orçamento para isso, se for uma necessidade. Portanto, nós precisamos deste diagnóstico bem feito e creio que, agora, também, uma intervenção mais direta, embora mediada, com as IPSS que estão a fazer o Serviço de Atendimento Social, o cruzamento da informação que temos de quem tem escalão "A", escalão "B" nas escolas e das dificuldades etc. que já têm, por exemplo - o "A" e o "B" - apoios a cem por cento, nós procuraremos perceber, se for sinalizado por quem de direito e com o respeito pela proteção de dados e outras coisas, nós procuraremos perceber se essa é uma medida que vamos generalizar ou, pelo menos, passar de ciclo. Mas calma, que ainda nós não temos as competências todas transferidas até no secundário, há portarias ainda por publicar, nomeadamente, a da ação social escolar que essa é uma questão que ainda aguardamos decisões do Governo sobre isso e, depois, o que tiver decidido, gostemos ou não, vamos ter que aplicar.

Caro, Luís Marques, há, de facto, vários concursos desertos, as razões são diversas, mas a questão dos preços, eles mudam diariamente, e há fornecedores que não se querem comprometer, sobretudo com algumas matérias-primas, de concorrer, sabendo que essas matérias-primas não param de crescer e o relatório da Prestação de Contas tem, precisamente, um parágrafo que eu relerei para explicar precisamente até medidas que o Governo já tomou sobre esta matéria e que hoje - a revisão de preços, os dados do "*IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção*" etc. - isto só era visto quase no final do ano, ano a ano, e agora é mensalmente. Mas há, também, empresas que não estão disponíveis. A questão é esta. Hoje debatíamos no Conselho Metropolitano as questões da habitação. Nós estamos a fazer Acordos-Quadro com valores de referência ao metro quadrado, para ser mais rápido etc. etc., mas há empresas, até de projeto, que não querem respeitar porque eles sabem que aquilo depois tem obrigações. E hoje esteve a responsável pelas questões da Habitação, e vamos passar a ter uma reunião mensal na Área Metropolitana com o "*IHRU -Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana*", por causa da monitorização das verbas do "*PRR – Plano de Recuperação e Resiliência*" e das questões da habitação, porque todos os municípios estão a sentir dificuldades, desde de quem quer projetar, porque tem que projetar naquelas condições e tem que ficar com aqueles preços de referência etc. etc., quer empresas para construir e, portanto, isto já é um bocadinho transversal. Mas, há umas que não vêm a jogo não é só pelo preço - é que não podem aceitar mais obras. E também não é verdade que depois vai tudo a ajuste direto, porque não pode, porque depende da razão e depende do valor. E nós continuamos a fazer porque é obrigatório concursos públicos a partir de determinados valores, portanto, não parta desse pressuposto. Eu falei-lhe ainda há pouco num ajuste direto para a questão da sinalização porque adjudicar por trinta e oito ou por quarenta e dois, enfim… é que nós no público também não podemos estar aqui a dizer que «*é para isto não ficar deserto*, *vou pôr aqui isto muito caro*». Não, nós temos que cumprir e temos de defender o interesse público… há os preços de referência, temos acesso a esses dados, eu estava a dizer que é mensalmente, vão publicando e nós procuramos estar dentro daquilo que contribui para o preço base.

Bolsas de estudo: o que havíamos determinado para este ano letivo, aumentámos de quarenta para cinquenta e cinco bolsas. Chegámos a setenta e oito porque, não sei se recorda, o Regulamento tem a possibilidade de permitir que alunos que já recebem bolsa de outra entidade (depois são feitas ali umas contas),… houve alunos que receberam mil euros e houve outros que receberam duzentos e trinta e oito, mas é porque a nossa bolsa complementa, digamos, a capitação que falta para a pessoa ter direito àquele apoio.

Concorreram cento e trinta e um, houve alguns que foram excluídos porque não preenchiam os requisitos. Mas se quer saber quantos é que terão ficado de fora, eu penso que o número dos que tinham era para aí à volta de noventa. De setenta e oito para noventa não faltou muito, mas é porque, efetivamente, enfim, havia outros com carências superiores. Nós já assumimos, no próximo ano, ir às setenta ou às setenta e cinco. A Sra. Vereadora está a dizer que é melhor eu dizer que é setenta e cinco, fico já comprometido - setenta e cinco no orçamento do próximo ano. Dir-me-ão «setenta e cinco é inferior a setenta e oito». Não, estas setenta e cinco podem dar bolsas a cento e tais pessoas, depende.

O acompanhamento do sucesso não está previsto, nem em Regulamento. Eles têm que ter aproveitamento para poderem voltar a candidatar-se às bolsas. Já há esse princípio. Mas não temos propriamente depois de um trabalho estatístico e de acompanhamento, até porque esses dados só nos são transmitidos no Conselho Municipal de Educação, e nem sempre.

Divulgação, cartazes nas escolas, folhetos. Pelo menos, no 1.º ciclo, e noutros ciclos, os pais todos receberam uma folhinha com as medidas da Educação, portanto, foram uns milhares de exemplares. Enfim, a informação pode ser sempre insuficiente, mas nós temos vindo a intensificá-la de ano para ano.

Caro Ricardo Marques, melhorias no "*ePaper*". Temos estado a fazer afinações, temos tido, até, sugestões de melhoria por parte, enfim, de quem são grandes utilizadores, quer na criação da senha, quer no registo, enfim, e temos o compromisso (Sr. Diretor, não se esqueça disso), de fazer, até final de junho, mais uma formação para o exterior, para incentivar ainda quem tem algumas dificuldades. Às vezes, não são tanto arquitetos, engenheiros e gabinetes, são mais os solicitadores, advogados, etc., que também precisam de conhecer este meio, mesmo para tratar de certidões disto e daquilo, pode ser tudo muito mais fácil através disto e vamos fazer mais formação externa.

Plano de Dinamização Económica do Centro Histórico. É evidente, qualquer dinamização social, económica, etc. depende de todo o ecossistema das condições, das infraestruturas, dos pavimentos, da melhoria do espaço público, daquilo que se chama regeneração urbana. E regeneração urbana é desde reabilitar uma casa, criar um novo equipamento no Centro Histórico, criar mais um cantinho para estacionamento ou a revisão dos pavimentos. Pronto, não tem que ver com isto, naturalmente. O estudo tem outro enfoque, mas dizer-lhe que poderá verificar, até na informação municipal, que já temos trabalho de casa feito e definido também os arruamentos prioritários para beneficiarem da próxima intervenção, que vai ser muito estruturante no Centro Histórico. Já tínhamos visto, até, com o Sr. Presidente da Junta também qual era a sua opinião relativamente aos arruamentos, estamos em sintonia. Os nossos serviços estão a preparar os cadernos de encargos para os projetos desses arruamentos.

"360 Pinhal Novo". Concorremos, temos projetos feitos, grande investimento nesta área. Incidimos primeiro no Pinhal Novo Norte porque tem que ver com toda aquela zona – bem, para o "*INE – Instituto Nacional de Estatística*", aquilo chama-se Bairro José Maria dos Santos, vejam bem, passou a ter este nome, que vem desde os bombeiros (todas aquelas ruas empedradas conhecem) até ao largo José Maria dos Santos – porque, de facto, é a zona que está em pior estado. Mas, atenção, que inclui, também, outra rua estruturante que o Ricardo citou e bem, e que precisa de uma grande mudança e revisão, que é a rua Infante D. Henrique. As outras, do chamado miolo antigo da zona Sul, estão todas hoje com acessibilidade, com passeios rebaixados, enfim, falta-nos por lá um pitonado - também queremos por isso, no acesso às passadeiras - sendo que este projeto é um bocadinho até mais ambicioso, porque visa substituir calçada portuguesa por outro tipo de pavimento e isto vai custar uns milhões, porque não é só o pavimento. Nós não vamos investir um milhão em pavimentos, sem mexer em todas as infraestruturas nestes arruamentos, a que temos que somar mais três e, portanto, vamos ver se conseguimos apoio do "360" e do "Rampa" e desses programas todos, mas, em breve, teremos os projetos todos aprovados. E penso que não me esqueci."

O **Presidente da Mesa:**

"É isso, muito obrigado Sr. Presidente.

Concluímos este ponto um da ordem de trabalhos, vamos avançar para o ponto dois, Prestação de Contas e, como tínhamos combinado, Sr. Presidente, avance com a proposta."

O **Presidente da Câmara:**

"Não vou ler a introdução."

O **Presidente da Mesa:**

"Não vale a pena, obrigado. Faça favor de ler a proposta, depois coloca-se à consideração de todos e responde em função daquilo que aqui for feito, se não, viremos cá amanhã."

PONTO 2 – Prestação de Contas 2022

O **Presidente da Câmara:**

"Muito bem.

Resultados económicos e financeiros. Enfim, a Prestação de Contas, feita de acordo com todas as obrigações legais, reflete a manutenção da tendência de crescimento da receita municipal iniciado em dois mil e dezassete, e que tem sido bem fundamentada no relatório de enquadramento da política orçamental, que está sempre inscrita nas propostas de orçamento, embora o valor arrecadado em 2022 - 168 milhões de euros, cerca de 5 milhões de euros superior ao do ano anterior, tenha excedido as estimativas iniciais em cerca de 8 milhões de euros, este crescimento da receita deve-se sobretudo ao aumento muito significativo da receita do IMT. Para além da dinâmica que a compra e venda de terrenos e de investimento neste território do que interessa para comprar e até daquilo que não interessa, mas compra-se e vende-se tudo houve, de facto, aqui um fenómeno que foi a transação da Herdade de Rio Frio no valor de muitos milhões e que trouxe ao município uma receita extraordinária de IMT que atingiu o maior volume de sempre, mas houve também o aumento das transferências do Orçamento de Estado não só por causa das novas competências, mas também no final do ano, entrou-nos assim umas verbas que estavam retidas há anos no Fundo Social Municipal. O que fez aqui este desvio pela positiva da receita que atingiu uma percentagem de 104 por cento salvo o erro, agora não estou a vê-la aqui, pronto, refira-se que este IMT é, de facto, um episódio conjuntural, que as transferências resultantes da assunção de novas competências, se destinam a financiar nova despesa em particular pessoal e, portanto, não há aqui num acréscimo líquido da receita e o valor das receitas próprias sem PIDDAC, fundos comunitários e empréstimos foi efetivamente de 102,6 milhões de euros, portanto, há aqui um crescimento global de 7,9 milhões de euros relativamente a 2021.

Os impostos diretos apresentam um valor de 32,2 milhões e meio o seu maior o maior peso 47,7 por cento do total da receita arrecadada nestes inclui-se como sabemos o IMI, IRS, IMT, a DERRAMA, etc. em termos absolutos, como disse, há aqui um acréscimo de 7 milhões relativamente a 21.

Taxas coimas e penalidades, o 2º maior valor do quadriénio a venda de bens e serviços onde temos água resíduos etc. tem também um aumento de 3 por cento, mas menos expressivo na ordem das centenas de milhares de euros 333.

As transferências correntes, um acréscimo de 42 por cento mais 4,7 milhões, pelos motivos já referidos, nomeadamente o pagamento das tais verbas retidas no fundo social municipal e da transferência de competências.

Ora bem, isto acaba por dar aqui depois entre a receita e a despesa, um saldo orçamental do ano de 3,2 milhões que sendo acrescido o saldo transitado de 21, no valor 16 760 atinge um saldo de 19,9 milhões, mas salto que como já vimos até na 1ª alteração modificativa está quase na totalidade comprometido com investimentos plurianuais e também investimentos do corrente ano.

Na despesa foram efetuados pagamentos no valor de 104,8 milhões, mais 3,8 por cento do que no ano passado, mas não obstante se ter pago muito mais e não devemos nada a ninguém quero aqui, tornar claro que, apesar disso, a taxa de execução de pagamentos baixou para 79,5 por cento, ou seja a execução da despesa foi das mais baixas, porque temos estado sempre acima dos 85 entre 85 a 90 por cento já explicaremos.

Importa referir que, na despesa 37,4 milhões de euros, são despesas afetas diretamente às Grandes Opções do Plano. No Pessoal temos aqui um acréscimo de 37,7 por cento, tem que ver com o aumento do número de trabalhadores por via da transferência de competências. Neste momento, estamos a remunerar um total de 1214 trabalhadores mais 267 que no ano passado tem que ver então com as transferências da Educação.

Na aquisição de bens de capital, isto é importante, porque a despesa tem, naturalmente, sempre uma expressão grande na aquisição e bens de serviços, mas os bens de capital e onde está o investimento propriamente dito, continuamos a registar valores muito interessantes, o valor é semelhante a 2021, em termos de valores absolutos do quadriénio atingimos os 3,1 milhões, mas ainda assim, poderia ser mais se tivéssemos um conjunto de obras concluídas e que tivessem podido arrancar.

Aquisição de bens e serviços já referi 18,4, 15,6 do orçamento, houve aqui um incremento muito grande por um lado na retoma da atividade municipal em grande intensidade e aceleração assim que acabaram as questões da Covid, toda a dinâmica no plano social, cultural, desportivo, festividades etc. passou a ter outras obrigações na logística na contratação de serviços e na resposta à comunidade, mas houve um aumento muito significativo na área da remoção e tratamento de resíduos sólidos, nunca se investiu tanto quer no outsourcing quer no pagamento, também dos resíduos que aumentou a tonelada à Amarsul e da taxa de gestão de resíduos.

As receitas correntes foram superiores às despesas correntes há aqui o pleno cumprimento do equilíbrio orçamental e no âmbito da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, há aqui um vírgula nove milhões de euros que estão em conferência nos serviços, não são faturas em atraso, são aquelas coisas que chegam ao final do ano e que não se consegue pagar tudo não existe qualquer valor de faturas em atraso e são dividas correntes a fornecedores que estão dentro dos 90 dias do pagamento, sendo que o prazo médio de pagamentos do município, que é monitorizado pela direção-geral das autarquias locais os últimos dados disponíveis apontam para 18 dias, obviamente a contar à data de pagamento das faturas. Estavam por receber dívidas ao município de cerca de 5,1 milhões.

Procurando resumir aquilo que nos parece essencial no relatório 85 por cento das propostas aprovadas por unanimidade, 104,9 por cento na receita de execução, 79,5 por cento da despesa, chamo a atenção para o quadro da página 18 que tem aqui a explicação e a explicação dos desvios e queria aqui citar, por exemplo, como é que a assim desvios e alguns involuntários, são todos involuntários, mas desvios na execução, desde logo, entraram no orçamento municipal no último ano, por publicação de uma portaria de extensão de encargos da Ribeira da Salgueirinha uma verba que é impossível gastar, aliás, à data de hoje estamos em abril, ainda não conseguimos gastar um cêntimo do financiamento da Ribeira da Salgueirinha, não é bem verdade, é que ainda não fizemos o grande concurso, para os projetos, para os estudos etc. que está a ser preparado mas o Governo tinha aquilo na portaria de extensão de encargos e mandou logo o dinheiro para a Câmara, ora isto aumenta também a nossa receita e a incapacidade de executar em igual valor.

57,8 por cento da despesa, já falámos que é afeta as GOP, também já falámos da percentagem dos bens de capital, mas também separando aqui bens de capital questões financeiras daquilo que é efetivamente investimento. Os investimentos propriamente ditos, não são treze vírgula e tal, porque isso é a totalidade dos bens de capital são 12,8 milhões, foram transferidos apoios e subsídios no valor de 971 mil euros e quanto aos desvios na aquisição de bens e serviços.

Um conjunto de compromissos nos últimos meses do ano que não foram faturados pelas empresas ou tal faturação em conferência, eu quero dar aqui uma explicação, por exemplo, de uma obra que contribui para este desvio de execução, nós lançámos a 1ª pedra do pavilhão da secundária em setembro o que é que se paga nestes momentos, paga-se o estaleiro, a instalação, enfim, o plano de segurança, estaleiro etc. para o início dos trabalhos como sabeis a empresa por opção estratégica e de aquisição de materiais etc. só começou efetivamente a laborar precisamente no dia 2 de janeiro, com toda a força, o que significa que nós, numa previsão que tínhamos na ordem dos 600 mil euros no orçamento para o pavilhão, não pagámos nada em 2022 as primeiras faturas começam agora a surgir em 2023, uma explicação para o desvio.

Depois também viaturas e máquinas que comprámos, umas por concurso, outras também por leasing com entregas e prazos completamente fora do previsto, nós tivemos a entrega de viaturas caríssimas que só ocorreram, portanto, a sua execução física e financeira também já só ocorreu em a partir de janeiro e fevereiro, foram-nos entregues 2 grandes viaturas e também máquinas que estavam também ser objeto de grandes reparações, ora todo o orçamento estava em 22 não foi executado e, portanto, nós podíamos ter resolvido isto com uma revisão ao orçamenta assim à pressa em dezembro, mas isso era só para fazer aqui um bocadinho de cosmética, porque, de facto, isso não se justificaria e as máquinas podiam ter sido

entregues eventualmente em dezembro, mas dificilmente seriam pagas em dezembro, porque isto é sempre pago quase a 30 a 90 dias depois.

Houve, de facto, também obras com atrasos significativos, justificados, entregas de matérias primas e equipamentos fora dos prazos, aumentos brutais, houve pelo menos 6 grandes concursos desertos que tivemos que repetir, há aqui 2 que foi desistência das empresas, tivemos que os retire, porque empreitada não se desenvolveu e a empresa foi-se embora e para ter uma ideia falávamos ainda há pouco aqui da questão dos preços do "*IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção*" que para habitação mais 12,5 por cento o preço dos materiais teve em média mais 16,6 por cento mão de obra mais 6,8 e as empresas e as suas justificações e também nos relatórios, enfim, do IMPIC e de outras entidades da especialidade continua a haver muita falta de mão de obra especializada para algumas áreas, o próprio Governo legislou um regime especial da revisão de preços e de contratação, já quase no final de 2022 para permitir, enfim, estas revisões de preços mais atempadas etc. para ver se as empresas também não desanimavam muito.

Há depois também um conjunto de obras e falo-vos de duas ciclovias que temos no nosso plano, mas também aquilo que estamos ainda a fazer na Lagoinha, que voltou a ter sempre com a mesma entidade, em particular com as Infraestruturas de Portugal grandes problemas, portanto, há também uma forte dependência de algumas obras nossas, porque nós somos atravessados por muitas estradas nacionais, por muita ferrovia, temos também muita coisa que toca com ICNF, temos também muita coisa que que toca com Brisa, qualquer obra nossa que toque nesses espaços-canais etc. nós sofremos inércias enormes na aprovação do vai para trás e para a frente dos projetos, e, isto também fez com que obras de centenas de milhares de euros tivessem que ser reprogramadas e passadas para este ano.

Ciclovia de Cabanas, ciclovia da zona de Mira Ventos ligação a Setúbal a obra que já está finalmente a decorrer à beira da 379, estrada dos Restauradores do Concelho de Palmela entre outras.

Ainda assim Sras. e Srs. membros da Assembleia, há muito investimento na rede viária, houve jardins totalmente requalificados, houve espaços públicos remodelados, houve muitas obras concluídas e muitas iniciadas, mas que não tiveram execução financeira como esta do pavilhão e é isto que nos faz este ano estar um bocadinho abaixo da média, mas deixem-me dizer já…"

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, se conclui tudo, depois já não tem estofo para responder."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não tenho, assim respondo já."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Não, não, antecipe."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não? Então ótimo, ainda bem que depois me dá a benesse de poder responder às questões.

Há aqui mais dois ou três aspetos importantes, o financiamento do investimento dantes diziam; "*Ah! os senhores precisam de empréstimos, isto e aquilo*" precisamos, podemos ir a empréstimo, aumentámos a nossa capacidade de endividamento, mas, há aqui um indicador muito importante é que o autofinanciamento aquilo que é financiado de investimento com receita própria e fundos próprios da autarquia já apresenta um valor médio de 6,1 milhões de euros, o que representa 55,4 por cento do financiamento das obras de investimento e em 2022, este valor eu falei-vos da média, mas em 2022, apesar de termos baixado a taxa de execução, este foi o mais elevado de sempre 8.000.335 779.

O princípio do equilíbrio orçamental é bom ter este bom salto positivo que felizmente está comprometido e nos evita de recorrer a empréstimo para um conjunto de obras que já arrancaram e outras coisas que estão a arrancar no primeiro semestre. Nas páginas trinta e três e tinta e cinco, vale a pena uma análise sobre os indicadores e rácios de natureza económica e financeira, mas aqueles que são mais significativos, tem que ver com o aumento do investimento por habitante e o aumento do nível de atividade por habitante, o resto são questões de natureza mais económica liberal, mas que merecem a leitura que entenderem fazer.

Há uma ligeira descida, mas mesmo muito ligeira, isto tem que ver também com o aumento da população da eficiência e produtividade que afeta este indicador. O saldo de gerência também em termos de equilíbrio e de preparação para os investimentos futuros é dez vezes o valor da dívida de curto prazo, a fornecedores é um indicador importante, o município sublinho não tem dívidas, nem pagamentos em atraso eu disse dezoito dias mentira, são dezanove dias. Há um forte investimento nas funções sociais que também está na página quarenta e dois das GOPs e na delegação de competências para as juntas, nós estamos aqui a sinalizar 1.342.680 numa fase de transição que tem competências delegadas e tinha já algumas próprias transferidas apenas para uma freguesia foi um valor que bateremos agora em 2023, porque esse valor ascende a quase 2 milhões e possivelmente, não vai ficar por aqui.

Quanto a toda a atividade, ela procurou ser resumida na introdução ao orçamento, onde podeis, de facto, constatar as dezenas de obras e a forte atividade e o retorno, uma grande dinâmica em todas as áreas desde o desenvolvimento educativo, social, cultural e desportivo, ao turismo e economia local e, sobretudo o investimento na qualificação do território com muitas obras estruturantes e também de infraestruturas e de renovação de infraestruturas para uma maior resiliência e preparação para o futuro.

Disse Sr. Presidente por hora."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Está à vossa disposição a discussão desta prestação de contas de 2022, quem quer intervir?

Tânia Ramos, Bloco de Esquerda faz favor."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Obrigada Sr. Presidente.

A minha questão prende-se com a Estratégia Local de Habitação (ELH) em que, logo nas primeiras páginas diz "*revela-se a aquisição de 23 imóveis (26 fogos) para reabilitação e atribuição em regime de arrendamento apoiado, a aquisição de dois terrenos para construção de novas habitações municipais e o lançamento de concurso para projeto de construção de oito fogos. No parque habitacional existente, concluíram-se duas empreitadas de reabilitação*", queria-lhe perguntar se existe datas, para o que quer que seja, isto parece-me muito vago, não consigo perceber se é para daqui a dois anos, dez, catorze, se é um plano a médio ou longo prazo, ou seja, o que é que quer dizer com 23 aquisições para quê? e para quando?

Depois, também diz aqui que depois mais à frente na página trezentos e noventa e sete diz aqui que "*foram adquiridos dois terrenos em Águas de Moura representando no seu total uma viabilidade edificativa de vinte e quatro fogos ficando com estas aquisições assegurada a totalidade terrenos necessários para muita são desta medida, é uma medida M 1.2* ".

Isto é para quando? É para juntar ao parque habitacional? Datas? lançamentos de concursos ou para quando é que o executivo pensa efetivar isto e tornar real e depois relativamente ao arrendamento jovem o que é que está destinado? o Bloco de Esquerda já tinha trazido aqui a proposta, já tinha falado de que deve ser criada fogos para arrendamento jovem facilitado, de forma a que haja rendas controladas também e relativamente depois ao documento em si, ao relatório de contas, isto é um documento de gestão da Câmara do executivo da CDU, por isso, o Bloco de Esquerda irá abster-se relativamente a este ponto.

Disse, Sr. Presidente, muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Eu recordo que estamos na prestação de contas, não estamos na apresentação do plano de atividades ou de ação, não é, portanto, o que está aí eventualmente, o Sr. Presidente poderá responder, obviamente, mas é o relato, trata-se do relato, não é uma coisa prospetiva o prospetivo vimos cá em novembro para o fazer.

Luis Marques."

O **Sr. Luis Marques do MCCP:**

"Tenho aqui algumas questões e algumas observações em relação a este que é um documento muito técnico também, mas, com algumas dificuldades de leitura e às quais eu peço algumas informações. Por exemplo, aqui em relação ao capítulo abastecimento das águas verifica-se que houve um investimento, mas que ainda durante este período não se verificou uma coisa muito importante que seria de forma faseada a remodelação da rede das águas e abastecimento na vila do Pinhal Novo, nomeadamente nas zonas onde as condutas da distribuição já estão no seu limite de vida útil ou já mesmo algumas terão ultrapassado esse limite uma vez que há ruturas constantes e muitas queixas dos munícipes em relação a isto.

Em relação à assessoria jurídica nos processos de contraordenação, registou-se em 2019, duzentos e oitenta e quatro e em dois mil e vinte e dois apenas oitenta e seis, alguma razão para isto ter acontecido, houve alguma razão especifica ou foi meramente o cumprimento do dos munícipes em relação às a estas contraordenações e a mesma coisa se reflete também em relação a execução fiscal houve um decréscimo de dois mil e dezanove para dois mil e vinte e dois, nomeadamente em dois mil e nove foram instaurados mil oitocentos e trinta e um processos e em dois mil e vinte e dois apenas dois, é assim um número um tanto ou quanto discrepante em relação de um ano para o outro.

A rubrica das redes viárias, isto também aqui em forma de observação verifica-se que se realizou doze novas pavimentações de asfalto, o conhecido alcatrão o Sr. Presidente no relatório fala em "*PLAAC- Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas*" fala no "*PAC- Plano de Ação Climática Palmela*", mas continua-se a ter a mesma perspetiva que é espalhar alcatrão sem uma grande preocupação em utilizar soluções alternativas e amigáveis do ambiente que já são utilizadas em muitos países, incluindo em Portugal, por exemplo, na A6 que liga a CREL à A5.

Com tudo isto o nosso voto será de abstenção muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito Obrigado.

Ricardo Marques, Partido Socialista faz favor."

O **Sr. Ricardo Marques do PS:**

"Sr. Presidente, muito obrigado.

Começar por parabenizar todas e todos os trabalhadores da autarquia que tiveram envolvidos na elaboração deste documento que é extenso, e denso, e bastante técnico, e, portanto, uso demostrar aqui a nossa consideração por este trabalho.

O Sr. Presidente na sua intervenção acabou por antecipar uma série de respostas, como é natural, contudo, não deixaremos de tecer aqui as nossas considerações efetivamente neste documento total da receita de dois mil e vinte e dois atingi máximos novamente, o que é interessante aquilo que nos parece que poderia ser feito diferente, é o reinvestimento dessa receita, podia ser feito de forma mais eficaz e célere. Isto fica evidente quando analisamos a despesa que fica numa taxa de execução de setenta e nove e meio por cento, ainda é mais notório nas despesas de capital, tendo uma das mais baixas execuções da última década justificada também como o Sr. Presidente referiu pelos atrasos que se verificam nas obras e isso é um dado preocupante

para nós. Este balanço receitas e despesas, leva-nos a concluir que há efetivamente bastante receita, mas uma pouca vontade de avançar com as obras importantes para a população e para o concelho.

No tocante às GOP a concretização durante o ano de dois mil e vinte e dois é apresentado uma taxa de setenta e dois virgulo sessenta e cinco por cento inferior à de dois mil e vinte e um até ligeiramente inferior, obviamente, contávamos que efetivamente este ano a pós pandemia, pós um período complicado, elas são pudesse ser de uma de uma taxa de execução diferente.

No que toca aqui às questões a estratégia local de habitação, apesar de ser o que está concretizado, seguimos também que as questões já colocadas e, para além dos números, aquilo que faz nos aqui questionar é perceber se faz jus às necessidades e se essas necessidades foram levantadas se no decorrer do ano, elas também foram reajustadas e se efetivamente, se calhar até no período final do ano se houve mais pedidos ou não de apoio no tocante a esta estratégia e se efetivamente o executivo teve isso em consideração no decorrer de dois mil e vinte e dois e efetivamente em dois mil e vinte e três. Sendo um tema que está tanta vez nesta Assembleia Municipal, acho que é imperativo também termos um olhar diferente sobre as questões da habitação.

Poderíamos aqui verificar aqui alguns temas que são descritivos, mas pelo avançar da hora e como o Sr. Presidente da mesa já referiu, mas só deixar aqui uma nota, por exemplo, o programa de apoio à pessoa idosa em que, aquilo que de relevante se monta são entrega de dez cartões municipais, o que nos leva aqui a questionar se nós não devemos realmente pensar na promoção da vida ativa de outra forma e mais inserida.

Uma nota sobre a rede social parece-nos cada vez está mais imerecido no documento, à uma referência às reuniões ligadas à transferência de competências e mais do que isso parece cada vez mais menorizando relatório revelando, até se calhar, falta de atenção a este tema.

Posto isto e sendo um documento de gestão do executivo e como tem sido já nosso entendimento, o nosso voto será de abstenção.

Disse Sr. Presidente obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Carlos Vitorino PSD faz favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Muito boa noite.

Não irei colocar questões a não ser aqui num ponto concreto, mas referir que, relativamente à prestação de contas e ao voto contra que nós iremos adotar, já o nosso Vereador em reunião de Câmara falou sobre o assunto, portanto, não me vou estar aqui a repetir aquilo que já foi dito.

Referindo, no entanto, que, de facto é um documento de elaboração e de gestão do município baseado num documento em que o PSD também já tinha votado contra e, de facto, acaba por ser a prestação de algumas contas, porque, infelizmente, como nós vemos de ano para ano, muitas das coisas não são feitas, são adiadas e vão voltar a ser elencadas no futuro, portanto, a nossa posição é de votar contra o documento.

Gostava também de realçar que até ao Conselho Municipal de juventude acabou por emitir um parecer desfavorável à prestação de contas no que diz respeito aos jovens, portanto, também gostava de deixar aqui esse facto. Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Não tenho mais nenhuma inscrição, não tinha à exceção da Tânia Ramos que queria voltar a usar da palavra faz favor, Tânia.

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Obrigada Sr. Presidente, só uma nota, eu gostaria de lhe dizer a si Sr. Presidente que achei o seu comentário despropositado, porque se eu tenho dúvidas relativamente a um relatório de contas, este é um lugar certo pelo colocar as minhas dúvidas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e penso que aquilo que o Sr. Presidente da Assembleia fez hoje comigo aqui foi tentar moldar as minhas dúvidas e penso que não será esse a sua verdadeira intenção, porque acabou por ouvir, a bancada do PS acabou por fazer as mesmas questões por isso, não sou a única a ter um entendimento e penso que poderia tê-lo feito e corrigido de outra maneira, porque penso que não é essa a forma.

Disse Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Entendo isso como uma intervenção em defesa da honra.

Muito obrigado que fique em ata.

A única coisa que eu tenho que dizer é que estamos efetivamente na prestação de contas e aquilo que eu disse foi tão simplesmente que nos temos de cingir àquilo que ali está, fazer perguntas sobre o que é que vai acontecer a seguir, teria que ter sido feito em novembro é tão simples quanto isso, no meu entender, mas posso estar claramente enganado, assumo isso.

CDU, Presidente da Junta de Quinta do Anjo, faz favor."

O **Sr. António Mestra da CDU:**

"Boa noite novamente.

Depois daquilo que ouvimos aqui das várias bancadas, eu acho que se impõe também que olhemos para aquilo que é o grau de concretização e não só o grau de execução financeira. Sabemos estamos a trabalhar como foi à bocadinho dito um relatório de contas, mas se efetivamente com a execução financeira em causa que foi aqui apresentada e os valores se permitiu durante o ano de dois mil e vinte e dois, realizar muitas concretizações também podemos aqui olhar pela positiva o grau de concretização e há exemplos claros no próprio relatório e eu quero me cingir efetivamente à Freguesia de Quinta do Anjo, mas o mesmo acontece se lermos com atenção o relatório nas outras áreas dou-vos o exemplo dos espaços de jogo e recreio há uma década que não eram remodelados cinco equipamentos na íntegra como foram, não eram efetuadas mais do que duas pavimentações por ano.

No ano passado, foram efetuadas e lançados seis procedimentos de pavimentações alguns deles não estão concluídos, não estão pagos, não têm execução financeira daí o grau de execução financeira do investimento ser mais baixo, mas acho que quando olhamos criticamente para os números devemos também olhar para aquilo que eles traduzem na prática e na prática aqui também o que nos importa é o trabalho que foi feito pelo executivo em prol da população e face ao plano de atividades que aprovámos, portanto, o nosso voto é claramente positivo a este relatório e contas esperando que com aquilo que passou para dois mil e vinte e três, o próximo, obviamente nos traga maior concretização a todos quer no domínio da receita, mas também no domínio da despesa e investimento, obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Não tenho neste momento mais intervenção, Sr. Presidente de Câmara faz favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado.

Agradeço as questões colocadas procurarei esclarecer com muita objetividade a estratégia local de habitação é um plano de trabalho que os municípios terão que ter terminado em 2026. Entretanto, vão acontecer entrega de fogos e metidas no Plano de Arrendamento Apoiado muito antes dessa data, nós estimamos que este ano, aliás, o regulamento virá a reunião de Câmara agora na próxima reunião de maio, depois ainda há de ter que vir à Assembleia e nessa altura, não são apenas estas vinte e três aquisições, mas já temos neste momento mais do dobro disto adquiridas, haverá, seguramente, já aqui uma vintena delas que poderão estar e eu estimo que vinte e seis poderão estar também em condições para serem entregues ainda este ano, mas lá mais para o segundo semestre, eu diria, se calhar, o mais avisado, seria lá para o último… não, eu não sou tão otimista, nós até alguns fogos que compramos, enfim, todos reabilitados e como novos é preciso ter aqui em consideração que as nossas obrigações ao termos metido nisto na estratégia isto tem muitas responsabilidades e uma delas hoje é a mais complexa, que é aumentar o conforto térmico e a classificação dos edifícios, portanto, nós comprámos um apartamento, não tem vidros duplos, não tem isto, não tem aquilo, embora aquilo pareça estar tudo pintado, tudo arranjado, pronto a habitar, nós temos que fazer ali algumas melhorias substanciais, mas para lhe dizer que, de facto, nós temos agora em maio/junho, seguramente muitos concursos para estas pequenas reabilitações.

Quando se diz que esta medida, penso que é "1.2", que referiu que está esgotada, que está terminada, é a medida de aquisição de terrenos, porque nós não precisamos de mais terrenos para fazer mais, porque nós vamos fazer, por exemplo, trinta e dois fogos em Aires, onde temos terrenos.

Já agora dar uma nota que o diagnóstico e a nossa estratégia, ficou com o compromisso de construir até dois mil e vinte e seis ou meter no mercado de arrendamento apoiado duzentos e sessenta e oito fogos se não estou em erro. Não estamos atrasados, até podemos dizer percentualmente, podemos ir no pelotão da frente das aquisições, mas das entregas a gente só começa a haver isso lá mais para a frente, mas estamos todos muito temorosos, foi esse o debate hoje havido em Conselho Metropolitano que, inclusivamente, entendemos criar uma plataforma de monitorização dos concursos, dos valores de cada município, do nível de execução, etc. etc. e com reuniões mensais entre as equipas municipais o próprio IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, e o grupo de trabalho da AML porque o país e o Governo sabem que têm aqui um desígnio importante que estamos todos unidos nisto, mas que há obstáculos muito reais à execução e podemos arriscarmos a chegar a vinte e seis, por exemplo, hoje havia autarcas de outras forças políticas que já falavam na necessidade de prorrogação, porque isto quem não executar até dois mil e vinte e seis, não recebe o dinheiro, portanto, há gente com muito receio, oito fogos em Cabeço Velhinho já estão em concurso o que vamos fazer em Aires ainda só estamos no concurso para projeto.

Caro Luis Marques, nas águas há um trabalho enorme a fazer e estamos a fazê-lo e o relatório, se calhar não no sítio onde parece, mas está lá, dá nota e nós editaremos a matriz da água só há dois municípios no distrito que o fazem, ou, pelo menos Barreiro não sei se o fazem ainda porque acho que deixou de fazer se calhar, somos um único, vamos editar a matriz da água é sempre referente aos anos anteriores, mas posso dizer-lhe que já em dois mil e vinte e dois, nós reabilitados nove quilómetros cento e oitenta e um metros e sessenta e seis, também de residuais, fizemos e os grandes investimentos que estamos a fazer nessa área, tem que ver na adoção, também na rede de distribuição e hoje todas as empreitadas até da rede viária que estamos a fazer os serviços elas estão a sair mais caras, porque nós não pavimento, sem remodelar todas as redes existentes ao preparar até para as redes de residuais domésticos, quando elas não existem e, portanto, também na rede viária, paralelamente, acabamos por estar a executar investimento na remodelação de redes.

Também há aqui uma nota importante, tem havido muitas ruturas, embora o número, enfim, oscila subiu agora está de novo a descer, mas atenção que muitas destas roturas são em ramais, não são nas condutas, portanto, esta esta leitura que às vezes se faz e depois há uma ou duas condutas mais complicadas e que se sente mais os problemas, porque quando elas têm um colapso, embora hoje com os nós já não se faça sentir falta de água a tanta gente é só ali naquele bairro há, de facto, dois ou três sítios que tem ali umas questões ainda tecnicamente difíceis de explicar, que até levam renovação da tubagem e PAED e ligações novas e tudo mas aquilo voltar a abrir, tem que ver até com excesso de pressão nalgumas zonas, manobras na rede, nós estamos a tentar perceber nalguns sítios, noutros sítios, efetivamente o nosso compromisso olhe! ainda há

pouco falávamos no 360, pois aquela zona, a zona norte do Pinhal Novo é a zona que tem a rede mais antiga do Pinhal Novo e, portanto, nós vamos ter que gastar muito mais do que os pavimentos, porque não faz sentido não pôr aquilo tudo com o material de topo que permita, enfim, a não ser uma grande catástrofe não haver qualquer tipo de incidente e de rutura, mas acredito que fizemos ainda assim uns quilómetros bons já de renovação.

Contraordenações, houve menos e tem que ver aqui com uma explicação, embora tenha havido também menos pedidos internos e menos autos externos, nós durante o período da Covide e estamos a falar aqui de dois anos que acabou por ser quase dois anos e meio, nós não cortámos água às pessoas e não emitimos certidões de dívida, pata as execuções fiscais, procuramos resolver a coisa de outra forma dantes era logo automático. Isto não foi deliberado como medidas que tivemos de redução para desempregados, para isto, e para aquilo, mas acabou por ser uma medida social, é que nós depois já na conseguimos e algumas pessoas até estão a vir pagar, mas há outras que, mais, espertalhonas que evocam a prescrição, eu, pelo menos não entendo isto como negativo, como uma inércia da administração, porque houve aqui orientações para termos cuidado com esta matéria. Portanto, o número vai voltar a subir, mas é a explicação que de momento, conseguimos encontrar para isto.

Falou do PLAC e do Plano de Ação Climática, como deve calcular, não tem que ver propriamente com a tipologia de materiais, estes planos têm outras medidas que são conhecidas que eu convido a conhecer porque, obviamente, levam-nos em termos de planeamento, de ordenamento, de opções por tipos de energia sustentável, por ações de rearborização, novos modelos, novos tipos de regras é muito vasto o plano, por acaso não fala nestas questões dos materiais isto só para tentar aqui desmontar um bocadinho a associação que o Luís fez, mas que eu aceito, nós um dia haveremos de experimentar isso, nós mesmo hoje de manhã antes de ir para o Conselho Metropolitano reuni logo bastante cedo com a rede viária com a Sra. Vereadora para falarmos da tipologia de pavimentação de alguns arruamentos em que possivelmente, vamos preferi calçada e calçada com determinado tipo de pedra porquê, porque estamos perto de um parque natural, porque, enfim, podemos ir fazendo algumas dessas experiências, mas até ver ainda não encontrámos a via e o momento certo, já houve um particular que disse que queria fazer uma coisa dessas, nós estamos disponíveis para fazer em parceria com ele se ele um dia avançar com esse projeto, mas vamos procurar conhecer mais sobre esses materiais.

Caro Ricardo Marques, a execução é aquilo que é e eu procurei dar-lhe aqui alguns exemplos e não é falta de vontade de executar como deve calcular, nós gostávamos muito de ter as obras todas prontas, a tempo e horas, muitas inaugurações, muita festa, muita coisa, gostávamos dessas coisas todas, também não estamos a guardar isso para épocas de eleições, assim que estiver, pronto, a gente mete logo em funcionamento, mas volto a dizer, olhe! eu falei do desvio provocado pela entrada de dinheiro da portaria de extensão de encargos do Governo para uma obra que só pode começar a gastar dinheiro, se calhar, no segundo semestre deste ano e são centenas de milhares de euros, isto faz um desvio muito grande Ricardo, mesmo a Ribeira da Salgueirinha a anterior gastou-se menos do que a verba inscrita, mas nós tivemos que manter lá a verba até porque ainda estamos a prestar contas ao fundo e a ser escrutinados e isto ainda vai ser tudo muito vistoriado.

Outra obra que houve aqui um de um desvio, ainda bem que há coisas que saem mais baratas, a Rua da Uva Moscatel, outra obra, a infraestruturação da Lagoinha por causa dos atrasos das aprovações das Infraestruturas de Portugal e da repetição do concurso não por causa do preço, mas porque a empresa anterior desistiu e que está a decorrer agora, e, depois há aqui duas obras que eu não falei nelas as duas ciclovias também percebem que as duas juntas é um milhão de euros, também não foi executado, nós só tivemos a aprovação condicionada do projeto de Cabanas, ao fim de três anos chegou há um mês, sensivelmente, mas há aqui duas obras que tinham centenas de milhares de euros que tinham que lá estar para compromisso para as podermos lançar, que não conseguimos lançar antes do final do ano, que foi a infraestruturação dos Olhos de Água que acabámos de lançar agora, e faseadamente para evitar os problemas com as Infraestruturas de Portugal e com outras expropriações, mas vai já arrancar a parte substancial e, por exemplo, a infraestruturação do Abreu Grande Carregueira, em matéria de esgotos, porque aquela zona é uma zona de génese ilegal, nós estamos a utilizar arruamentos que dizem que são públicos, mas não são, são extremas de terrenos em avos conseguimos autorização de uns proprietários e temos dois que nos bloqueiam o acesso, ora, estamos a desenvolver procedimentos para chegar a "D.U.P. – Declaração de Utilidade Pública,

mas até lá nem vamos estar à espera da D.U.P., estamos já a alterar o projeto, também para fazer por fases porque de outra forma arriscamos a chegar ao final do ano e não ter o concurso na rua, nem obra e, portanto, são alguns exemplos para perceberem que, como deve calcular, isto, não é falta de capacidade eu entendo isso apenas como uma observação feita aos políticos, porque nós temos uma equipa técnica, bastante conceituada conhecedora destas matérias e que, enfim, olhe, lá vão tentar engendrar uma solução técnica para fazermos por fases e não parar mais, mas há aqui coisas, de facto, que nos ultrapassam.

Sobre esta questão das execuções, eu já disse nos outros anos, nós temos estado mal habituados, de facto, nos últimos dois anos, tivemos as melhores execuções da AML este ano vamos ter por estas razões, mas olhe que, por exemplo, hoje eu lia no Setubalense, uma autarquia em que o Partido Socialista e o Partido Social Democrata estão alinhados, o Sr. Presidente, achava que era uma execução excelente acho que foi a melhor de sempre naquela autarquia ter chegado a setenta e oito virgula nove por cento de execução, nós ainda estamos acima e vai passar com saldo de cinquenta e oito milhões, portanto, estas questões dos números são para ser refletidos naturalmente, mas podem ter várias leituras. O que lhe digo é que a generalidade das autarquias nesta zona do território, mas, noutras também por vezes, têm questões desta natureza e outras são idênticas em todo o lado, que é mesmo esta questão da contratação pública, da falta de empresas para grandes obras, etc. que que estão a atrasar a execução e que isto não é desejável como deve calcular e isso estamos de acordo.

A questão da pessoa idosa não convém ser redutor nessa matéria, porque se há área social onde o município tem um enorme trabalho é precisamente com este setor e depois de uma forma integrada, portanto, não são os cartões é que se hoje há o exercício motricidade física em todas as IPSS, deve a programas municipais e são pagos pelo município, tem um conjunto de programas de ocupação de tempos livres, de ginástica, de viagens, de formação, etc. voltados para a pessoa idosa e na área do social, nós não executámos mais por causa da questão do PARES que só este ano é que vai ter execução e houve candidaturas algumas até tiveram que recorrer de indeferimentos iniciais que só foram validadas este ano, nós este ano é que vamos trazer os apoios à construção desses equipamentos, naquilo que é a parte que o município se comprometeu para que a obra se torne uma realidade depois de ter tido felizmente aprovação do PARES e há um conjunto de outras ações que sendo plurianuais não foram executadas na totalidade nesse ano.

Quanto ao Conselho Municipal de Juventude, eu espero que os representantes da Assembleia Municipal, embora sem direito a voto, o acompanhem para perceber o que é o Conselho Municipal de Juventude e portanto, o tipo de questões que lá são debatidas e não vou aqui, obviamente, tecer considerações há duas juventudes partidárias que, enfim, mas eu gostava é que tivessem lá estado a juventude que também são juventude e que representam dezenas de associações juvenis, formais, informais, etc. olhe, a representante eleita por essas associações votou favoravelmente, que eu saiba nem é da minha área partidária, conheço bem, mas é só para dizer que há também que fazer aqui uma leitura e que acho que o Conselho Municipal de Juventude precisa de muita participação da Juventude e precisa de uma discussão menos partidarizada e mais informada, mas isso tive oportunidade de dizer e vou passar a ser assíduo porque habitualmente são os Srs. Vereadores que têm o pelouro que acabam por presidir, mas eu acho que posso dar alguns contributos, sobretudo para explicar algumas coisas e dar algumas respostas de política global da Câmara nesta matéria e também aceitar como aceitei e registámos contributos que vamos ter em consideração, também são excelentes propostas e as coisas boas, a gente deve aprender com elas e com as propostas dos jovens, mas isto não é sequer para relativizar o voto desfavorável no parecer, não tem caráter vinculativo, mas que resulta, de facto, de um contexto onde não houve, se calhar, tempo para aprofundar a discussão e o esclarecimento.

Disse Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Não havendo mais intervenções votamos a prestação de contas de 2022."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, doze votos a favor da CDU, cinco votos contra (três do PPD/PSD e dois do CH) e catorze abstenções (nove do PS, quatro do MCCP e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passamos ao ponto três, Sr. Presidente faz favor."

PONTO 3 – Loteamento municipal L-44/81 – Pinhal Novo – Desafetação de área do domínio público e sua afetação ao domínio privado municipal.

O **Sr. Presidente de Câmara**

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Compete ao município otimizar e promover uma correta fruição, por parte da população, dos espaços que vêm à sua posse, isto é um loteamento antigo, este espaço tinha inicialmente sido reservado nesta operação de loteamento para ser integrado no domínio público para salvaguardar um espaço canal para a implantação de passagem superior à linha de caminho-de-ferro, e então consideramos naquele loteamento cuja géneses também não foi assim a mais correta que ficaria aquela zona como cedência para domínio do município para verde, mas a bom rigor nunca foi para fazer nenhum espaço verde, até porque temos ali a Praça da Independência a cinquenta metros. Era para considerar aqui a possibilidade da passagem superior à linha do caminho de ferro, essa infraestrutura não veio a consolidar-se naquele local como sabeis, passou infelizmente pela frente do matadouro e a fazer ali um viaduto um pouco mais longo e que ficou efetivamente melhor e, portanto, nós consideramos que é pertinente reequacionar a afetação da área em causa, no sentido da sua requalificação e otimização.

Nós andamos a comprar lotes para a habitação quando temos ali a possibilidade de ficar com isto no domínio privado municipal para este fim.

A proposta de alteração apresentada nesse processo de participação pública para a criação de três lotes destinados a habitação unifamiliar, respeitando as características do edificado existente no local, e que retoma o desígnio daquele espaço, porque quando aquilo foi loteado no inicio aquilo era tudo para habitação, eles é que foram obrigados a ceder aquilo para domínio público e, portanto, destinou-se a integrar a bolsa fundiária do município no domínio privado camarário.

O período de participação pública, decorreu de 11 e 22 de janeiro, foi divulgado por afixação de Edital nos locais de estilo habituais, houve três participações/pedidos de esclarecimento sobre os contornos da futura utilização dos lotes, que foram prestados esclarecimentos, da participação não houve qualquer reclamação e o processo encontra-se em condições de passar à fase seguinte e para tal é preciso deliberação da Assembleia Municipal para que haja esta desafetação do domínio publico para afetação ao domínio privado desta área de 1406 metros, com esta intenção de torná-los em lotes para habitação.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Intervenções sobre esta proposta?

Inês Garcia MCCP, faz favor."

A **Sra. Inês Garcia do MCCP:**

"Muito obrigada, muito boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara gostaria de falar hoje sobre 2 questões importantes que afetam a qualidade de vida do nosso concelho, a habitação pública e os espaços verdes públicos.

Primeiramente quero reconhecer a importância da habitação pública é uma necessidade básica para todos os cidadãos ter um lugar seguro e acessível para viver, infelizmente, muitas pessoas no nosso concelho lutam para encontrar um lar adequado devido aos preços, cada vez mais alto do mercado imobiliário…"

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Sra. membro da Assembleia, perdoo-me a minha intervenção, mas estamos a discutir esta proposta de loteamento…"

A **Sra. Inês Garcia do MCCP:**

"Eu sei, vou lá chegar."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ok, espero que sim."

A **Sra. Inês Garcia do MCCP:**

"Obrigado por me deixar chegar lá.

De acordo com a Organização das Nações Unidas cerca de 1,8 mil milhões de pessoas em todo o mundo vivem em condições de moradia inadequadas. A criação de mais habitação pública é essencial para garantir que todos os nossos concidadãos tenham lugar digno para morar. A ONU afirma que a habitação adequada é um direito humano, fundamental, e, é essencial para a realização de outros direitos humanos como o direito à alimentação, à saúde, à educação, e, ao emprego, no entanto, devemos lembrar que a construção de habitações unifamiliares não é a solução para a crise da habitação, estas habitações podem ser caras e limitante sem termos de espaço disponível, especialmente em áreas urbanas.

A criação de mais habitação pública multifamiliar essencial para garantir que haja habitações acessíveis e de alta qualidade para todos os nossos concidadãos. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico a construção de habitação multifamiliar é uma maneira mais eficaz de lidar com a falta de habitação acessível em áreas urbanas. Além disso não podemos ignorar a importância dos espaços verdes públicos, não são relvados, são espaços verdes com árvores Prado de Sequeiro sustentáveis, esses espaços são vitais para a saúde e bem-estar da nossa comunidade, eles proporcionam um ambiente onde as pessoas se podem conectar com a natureza relaxar e fazer exercício, além disso são essenciais para mitigar os efeitos das alterações climáticas.

A Organização Mundial de Saúde, afirma que os espaços verdes públicos são uma parte essencial da infraestrutura urbana e devem ser tratados como um bem público, a criação de espaços verdes públicos em áreas urbanas densas pode ajudar a mitigar os efeitos negativos da poluição do ar e do ruído. Estamos a falar do ruído ao pé de uma linha de comboio, além disso, o problema é que muitas vezes á uma competição entre habitação pública e criação de espaços verdes públicos e, especialmente em áreas urbanas densas, o MCCP argumenta que esta competição é falsa e contra prudente, na verdade a criação de espaços verdes públicos pode ser uma parte importante da solução para a falta de habitação, a equidade social deve ser o objetivo principal em qualquer política de habitação pública é importante lembrar que as pessoas de baixos rendimentos, muitas vezes não têm acesso a áreas verdes privadas e dependem dos espaços verdes públicos para desfrutar dos benefícios que estes lhes proporcionam, além disso, os espaços verdes públicos podem contribuir para a valorização das comunidades e criação do sentimento de pertencimento para garantir a que

a criação de espaços verdes públicos seja sustentável e de baixa manutenção, devemos adotar estratégias como a utilização de plantas nativas que exigem menos água e manutenção implementação de práticas de gestão sustentável com uma colheita da água da chuva para irrigação.

Em resumo a criação de mais habitação pública e espaços verdes públicos é essencial para garantir que todos os nossos concidadãos tenham acesso a um lar digno e a um ambiente saudável e sustentável, podemos lembrar que a habitação pública multifamiliar é chave para lidar com a crise da Habitação e que a criação de espaços verdes públicos é uma parte importante da solução da falta de habitação.

Precisamos de trabalhar juntos para garantir que o nosso concelho seja um locais justo e equitativo para todos.

Obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"E sobre a desafetação?"

A **Sra. Inês Garcia do MCCP:**

"Votamos contra."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito Obrigado.

Mais intervenções?

Carlos Jorge Almeida, se faz favor."

O **Sr. Carlos Almeida da CDU:**

"Muito obrigado Sr. Presidente da Assembleia, na sua pessoa cumprimento todos os membros da Assembleia, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara cumprimento os Vereadores, trabalhadores do município, comunicação social não está entre nós, o público que ainda se mantém fiel a esta Assembleia quer aqui, quer via streaming.

Ouvimos com muita atenção e, de facto, não tinha intenção de intervir, mas ouvimos com muita atenção esta e digo com toda a simpatia dissertação sobre as melhores práticas e as melhores possibilidades de encontrar um alojamento adequado e uma tipologia adequada e, enfim, rodeada por uma zona verde por uma zona que transfira qualidade de vida para a existência de cada um. Estamos a falar de uma zona em que o Governo de facto não escasseia estamos a falar de uma zona que tem todas essas qualidades e estamos a lucubriar, enfim, a tentar argumentar-se uma coisa muito simples, temos a possibilidade que os bens do domínio público por razões de interesse público, possam ser desafetados do domínio público incorporados no domínio privado. Basta tão só que presida a essa decisão e a esse ato administrativo aquilo que é fundamental que é a satisfação do interesse público. E a satisfação do interesse público não pode, obviamente assegurar, especular-se à existência de um espaço canal que já não tem sentido a realidade, é esta, e se não tem sentido aquilo que tem, de facto, todas as razões de interesse público para merecer a nossa atenção é voltar a colocar aquele espaço ao serviço do interesse público e ao serviço daquele que tinha sido o desiderato inicial com a sua existência, nomeadamente com a tipologia de habitação que ali estava preparada para um dia poder surgir, não tivesse ocorrido como ocorreu a circunstância de aquele espaço ter uma afetação ideal para qualquer coisa que já não se vai verificar, portanto, do nosso ponto de vista e, obviamente, vamos votar favoravelmente.

Esta proposta serve o interesse público e dá, obviamente, prossecução às finalidades para que aquele espaço estava já, desde antanho, preparado consagrando a possibilidade de mais habitação coisa que no espaço em

que é, e na zona onde é tem também, com certeza alguma atratividade e o município conta da necessidade que se vai constatando de cidadãos com uma habitação condigna há-de encontrar, com certeza a melhor solução para ela precisamente para isso, obviamente que a Assembleia Municipal intervenha com certeza como vai intervir valorizando e aprovando esta proposta.

Muito obrigado Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

É meia noite, penso que não haverá dúvidas, continuamos, não é? muito bem.

Mais intervenções sobre esta proposta?

Não havendo Sr. Presidente de Câmara faz favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Só uma nota, nestas matérias do equilíbrio entre as funções e no Ordenamento do Território, obviamente, nós, até pendemos para a questão da naturalização dos espaços verdes, dos verdes de proteção de enquadramento e, por isso, as nossas opções até têm sido de reduzir perímetros urbanos, conforme, vamos ver no plano diretor, mas quer dizer que há também mecanismos de compensação e eu dou-lhe um exemplo, nós acabámos de adquirir no final do mês de março um terreno no âmbito do Parque Verde Urbano do Pinhal Novo e que não é tão longe dali é perto da Ribeira da Salgueirinha para arborização pura e dura e, portanto, podemos não ter aqui mil metros de verde arborizado, mas adquirimos 12 mil metros para arborização e dentro daquilo que são espaços também de fruição da população no perímetro urbano e, portanto, temos essa preocupação de manter esse equilíbrio entre o aproveitamento dos espaços que têm vocação habitacional e a sua complementaridade com o espaço de descompressão e de fruição contacto com a natureza de ilhas que combatam o calor etc. etc. e penso que não é contraditório que estamos ambos com a mesma preocupação e conseguiremos equilibrar isto."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos então votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria com vinte e cinco votos a favor (dez da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE) e quatro votos contra do MCCP.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Agradeço-vos, dar só duas notas breves, primeiro os líderes foram convidados, com certeza para a primeira sessão da reunião das condecorações, portanto, que será 4 de maio 18h30, faremos Assembleia Municipal extraordinária 26 de maio, para aprovação dessas condecorações 26 de maio é uma sexta-feira, não temos agenda para fazer noutro dia em função de, por exemplo, quarta e quinta , eu não estar cá e, portanto, depois isto acaba por ficar aqui difícil, portanto, faremos uma sexta-feira é uma extraordinária, portanto, aparentemente não demoramos muito digo, eu.

Gostava de reiterar o meu agradecimento aos líderes de bancada e aos colaboradores do município funcionários, que estiveram connosco a trabalhar na questão da sessão solene do 25 de Abril, disse-o na abertura da sessão solene, e, gostava de reiterar aqui em função, enfim, do que, entretanto, fomos conversando e do êxito que a própria sessão acabou por ter a todos os níveis com a contribuição de todos e,

portanto, as sessões não são de cada um, são sempre de todos, e quando todos fazemos aquilo que gostamos e que temos mais prazer, com certeza que sairá tudo bastante melhor.

Agradeço a todos mais uma vez, muito obrigado até um destes dias para quem está em casa também muito boa noite, boa noite a todos obrigada."

Não havendo mais assuntos a tratar, o **Sr. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pela uma hora e vinte e cinco minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três, da qual se lavrou a presente ata, que eu**, Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa**, na qualidade de Primeira Secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três.

O Presidente

José Carlos Matias de Sousa

A Primeira Secretária

Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa